

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

JOÃO LUCAS SILVA SOARES

**ANÁLISE DA ABORDAGEM CARTOGRÁFICA PARA O ENSINO DE  
GLOBALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

Uberlândia-MG

2024

JOÃO LUCAS SILVA SOARES

**ANÁLISE DA ABORDAGEM CARTOGRÁFICA PARA O ENSINO DE  
GLOBALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Geografia da Universidade  
Federal de Uberlândia como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciado em  
Geografia.

Orientador: Sérgio Luiz Miranda

Uberlândia-MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S676 2024	<p>Soares, João Lucas Silva, 2001- Análise da abordagem cartográfica para o ensino de globalização no livro didático de Geografia [recurso eletrônico] / João Lucas Silva Soares. - 2024.</p> <p>Orientador: Sérgio Luiz Miranda. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Miranda, Sérgio Luiz, 1962-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2: Gizele

Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

JOÃO LUCAS SILVA SOARES

**ANÁLISE DA ABORDAGEM CARTOGRÁFICA PARA O ENSINO DE  
GLOBALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Uberlândia-MG, 29 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

---

Sérgio Luiz Miranda – Doutor (UFU) - orientador

---

Alex Cristiano de Souza – Doutor (UFU)

---

Amanda Regina Gonçalves – Doutora (UFU)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, que sempre me apoiou em todo o meu processo de desenvolvimento, me dando condições de prosseguir, me sustentando nos momentos difíceis e também comemorando junto nos momentos de alegrias.

Aos amigos e colegas que a vida possibilitou conhecer durante o período da graduação, assegurando memórias e colecionando boas aventuras dentro da Geografia.

Ao meu orientador Sérgio e a todos docentes da graduação, que foram determinantes na minha formação e na minha evolução. Em geral, a todos os professores que já tive oportunidade de conhecer desde a minha infância. Foi por eles que consegui compreender a alegria e o prazer que se tem em servir ao outro, formando-o e educando-o para que este possa se desenvolver da melhor maneira possível.

Principalmente, a Deus, que me capacita e me dá discernimento para poder compreender que a felicidade está em poder proporcionar ao outro uma melhor condição de vida.

## RESUMO

A presente pesquisa possui como centralidade o ensino da globalização através dos mapas no livro didático de geografia, compreendendo-a enquanto temática imprescindível para a assimilação da realidade e disposição do mundo atual e suas relações. Formulando uma significação crítica acerca deste tema e, discorrendo sobre a importância da ciência cartográfica para a Geografia, se fez necessário a compreensão de como os mapas são empregados para efetivar o ensino da globalização, averiguando as suas possibilidades e limitações que são impostas por meio da complexidade das relações socioespaciais contemporâneas. As obras de Santos (1992; 2000), Porto-Gonçalves (2018), Fonseca (2014), Lacoste (2012), Pelled-Elhanan (2019), Orlandi (2005) contribuíram para o desenvolver de todo o referencial que deu sustentação a este trabalho. Os procedimentos metodológicos empenhados foram a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, procurando-se compreender a Cartografia como linguagem, o tema de globalização no currículo oficial e o livro didático enquanto gênero textual multimodal, abrangendo também a análise do discurso sobre as manifestações incluídas neste. Com o referencial teórico-metodológico definido, analisou-se o livro para o 9º ano do ensino fundamental da coleção didática mais distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2020. Em suma, constatou-se que as produções cartográficas no livro didático não contribuem para uma compreensão crítica acerca do processo da globalização e são utilizadas trivialmente mais como contemplativas ou ilustrativas.

**Palavras-chave:** ensino de Geografia; cartografia escolar; semiologia; discurso; capitalismo.

## ABSTRACT

The focus of this research is the teaching and learning of Globalization, assuming the understanding that the theme through the globalization maps is essential for the comprehension about the world and their current relations. Stating a critical understanding regarding the topic and writing about the importance of the cartographical science for Geography it is necessary to recognize how the maps are used to teach Globalization, measuring the possibilities and the limitations imposed by the complex socio-spatial relations in contemporaneity. The works of Santos (1992;2000), Porto-Gonçalves (2018), Fonseca (2014), Lacoste (2012) Pelled-Elhanan (2019), Orlandi (2015) are some academic references that contributed towards the development of this paper. The methodological steps were: bibliographical research, didactical apprehension relating to understanding Cartography as a language, the globalization theme on the official curriculum and the geography textbooks acting as multimodal text categories, also including speech analysis about the types of manifestation. Supported by the theoretical - methodological referential, the most distributed 9th grade textbook by the National Textbook Program (Programa Nacional do Livro Didático - PNLD) was analysed in the year 2020. As a result, the cartographical productions in the textbook don't contribute to a critical comprehension regarding globalization and they are used as contemplative or illustrative.

**Keywords:** Geography teaching; scholar cartography; semiology; discourse; capitalism.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. GLOBALIZAÇÃO: ESTÁGIO ATUAL DO CAPITALISMO MUNDIAL .....	12
3. A CARTOGRAFIA, A GEOGRAFIA E SEU ENSINO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO.....	26
3.1 A Cartografia é fundamental para a Geografia e o seu ensino .....	26
3.2 Globalização no currículo oficial de Geografia: a BNCC .....	33
3.3 O livro didático de Geografia: texto multimodal e discurso.....	37
4. ABORDAGEM DA GLOBALIZAÇÃO ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA .....	42
4.1 Resultados e discussão.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75



## 1. INTRODUÇÃO

A presente monografia, elaborada como trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Geografia, tem como tema central o ensino da globalização, como fase atual do desenvolvimento do capitalismo mundial, através da Cartografia no livro didático de geografia.

Comumente, a globalização é definida como um fenômeno de integração e conexão de todo o espaço mundial, o qual se deu por meio de evoluções técnicas e tecnológicas, principalmente no âmbito da comunicação e dos transportes. Esse processo provocou mudanças consideráveis principalmente em termos econômicos, sociais e ambientais. O crescimento significativo da produção e do consumo em nível mundial é acompanhado da concentração de renda, de desigualdades também maiores e do agravamento de problemas ambientais, chegando-se à crise climática atual com o aquecimento global que ameaça o planeta.

O avanço técnico alcançado também pela Cartografia contribuiu para a funcionalidade de uma possibilidade proporcionada com a globalização, que é denominada por Santos (2000) como a cognoscibilidade do planeta, isto é, a possibilidade de conhecer o globo de modo extensivo e aprofundado.

Poncet (2013 *apud* Fonseca, 2014), coloca que a representação cartográfica possui uma especialidade que nenhuma outra função tem, que é a de apresentar um universo que só é possível naquela concepção. Denominado como “imperativo cartográfico”, refere-se à ideia de um mundo compreendido em sua totalidade de uma vez só, como o mapa-múndi.

Na esfera política é que se compreende as relações de poder e hegemonia das quais o mundo está sendo palco, de forma ativa e passiva, que Santos (2000) denomina de tirania do dinheiro e da informação. Relações também pautadas em um consumismo feroz e motivado pela competitividade desmedida das empresas, que permitem uma tendência à homogeneização.

Dessa forma, a abordagem da globalização no ensino de geografia deve ser de modo que não contribua para o que Santos (2000) denomina como violência da informação, a qual tem o caráter despótico de reafirmar a abrangência do poder hegemônico hoje instaurado no meio global, tirando assim a capacidade do indivíduo de perceber o mundo de maneira crítica.

A aproximação e escolha do tema de estudo para esta monografia se deu a partir da leitura de um artigo de Fonseca (2014), no qual a autora discute um descompasso entre a Cartografia e a Geografia diante da complexidade da realidade do mundo contemporâneo e que se reflete numa desconexão entre as práticas cartográficas e as elaborações da Geografia como a questão maior do ensino de cartografia. Enquanto a realidade atual é marcada pelo processo de globalização que impõe outras lógicas para as espacialidades em escala mundial, cuja

compreensão exige outras práticas e formas de representação cartográfica, predominam ainda visões que naturalizam os mapas e as práticas cartográficas escolares que impedem a renovação e a atualização do ensino. Por tais visões, os mapas e as práticas escolares não são entendidos e tratados como construções históricas, humanas, e que, portanto, sofrem influências culturais, sociais, políticas, ideológicas, ainda que sejam reconhecidos como produções científicas, o que, contraditoriamente, pode reforçar e cristalizar a naturalização tanto dos mapas quanto de ideias e visões do mundo criadas pelas representações cartográficas.

Nunca é demais lembrar que as próprias práticas científicas não logram jamais se livrar dos seus contextos, das representações de suas épocas, dos interesses que as atravessam, como vasta constatação já demonstrou, algo bastante argumentado na bibliografia especializada (HARLEY, 2009). Há mesmo quem diga que o mapa estaria em crise na escola, e que uma das razões-chaves dessa crise seria essa naturalização que não permite mais enxergá-lo como linguagem, como construção. Esse fato tornaria desnecessária a crítica à sua produção e às suas soluções. Afinal, sua aura científica dispensaria essa crítica. (Fonseca, 2014, p. 142)

Diante da reflexão apresentada por Fonseca (2014) sobre a desconexão entre a Cartografia e a Geografia demonstrando-a através do exemplo do processo de globalização e colocando-a como questão central do ensino, tomamos esse tema para estudo enfocando a abordagem cartográfica para o ensino da globalização no livro didático de geografia. Afinal, os livros didáticos são “as publicações ainda mais influentes nas práticas dos professores” e, apesar de que os livros didáticos “atualmente ampliaram muito o espaço dedicado à cartografia” e tratam com mais atenção os mapas, “as discussões ainda patinam muito, na medida em que não abordam o abismo (por consequência não conseguem transpô-lo) que existe na relação cartografia e geografia (o abismo é tal que não seria exagero referir-se à inexistência de relação)” (Fonseca, 2014, p. 145).

Mas a autora não apresenta análise, dados ou discussão da questão central de sua reflexão colocada em relação aos livros didáticos de geografia, que são mencionados apenas nas citações que fizemos no parágrafo anterior. O que nos levou a indagar sobre como de fato é abordado através da cartografia o tema globalização como conteúdo de ensino de geografia no livro didático. Trata-se de tema de extrema importância no currículo da Geografia Escolar, considerando que é o processo de globalização que permite compreender o funcionamento do mundo contemporâneo; que para isso a Cartografia deve proporcionar representações adequadas das espacialidades e dinâmicas atuais do mundo; e que tanto a abordagem da globalização quanto as representações cartográficas empregadas em sala de aula são proporcionadas, sobretudo, pelo livro didático de geografia.

Buscou-se, como objetivos principais desse trabalho, analisar e compreender como a Cartografia é empregada no livro didático de geografia para o ensino da globalização e avaliar a adequação das representações cartográficas e de seu emprego, considerando as elaborações críticas da Geografia na abordagem do processo de globalização e sua complexidade e das possibilidades e limitações da Cartografia como linguagem. As questões que orientaram essa análise e que se procurou responder com o trabalho foram: como a cartografia está sendo utilizada para o ensino da globalização no livro didático de geografia? As representações cartográficas são empregadas para uma compreensão crítica do processo de globalização, seus conflitos e contradições? Os mapas são adequados para representação das espacialidades características da realidade do mundo sob a globalização? Essas representações cartográficas são colocadas em diálogo com outras linguagens e em que situações para a elaboração de significados?

O estudo realizado, além de compreensão mais elaborada sobre o tema em questão, fundamentada em dados e análise de livro didático, contribui também com subsídios para se analisar, avaliar e selecionar livros didáticos, bem como para delineamento de procedimentos metodológicos de ensino-aprendizagem tanto de globalização quanto das representações cartográficas na Geografia Escolar.

Metodologicamente, o desenvolvimento do trabalho se deu primeiro através de pesquisa bibliográfica sobre as características e abordagens geográficas do processo de globalização; a Cartografia como ciência e linguagem, sua importância para a Geografia e os desafios colocados pela globalização para as representações cartográficas da realidade do mundo contemporâneo; o tema globalização no currículo oficial; o livro didático como gênero textual multimodal composto de diferentes modos semióticos, como textos verbais escritos, gráficos, fotografias, ilustrações e mapas; e a análise do discurso para se compreender significados, valores, ideias que são ditos, omitidos ou expressos de formas ocultas pelo uso da linguagem e seus modos semióticos.

A partir da pesquisa bibliográfica, definiu-se o referencial teórico do trabalho com contribuições principalmente de Milton Santos (2000; 2013), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2018), Yves Lacoste (2012), Fernanda Padovesi Fonseca (2014), Nurit Pelled-Elhanan (2019) e Eni P. Orlandi (2005). Em seguida, com base no referencial teórico, foram definidos critérios e procedimentos e empreendida a análise de livro didático.

Para apresentar o trabalho desenvolvido, iniciamos a redação pelo estudo sobre a globalização em Geografia, estabelecendo suas principais características e os fundamentos para uma compreensão crítica. Em seguida, tratamos da importância da Cartografia para a Geografia

e o seu ensino, o tema globalização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência curricular oficial e obrigatória e o livro didático como gênero multimodal que exige uma abordagem também multimodal com enfoque da análise do discurso. No terceiro capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos empregados na análise do livro didático, os dados dessa análise e a discussão dos resultados. Por último, são tecidas as considerações finais sobre o trabalho realizado.

## 2. GLOBALIZAÇÃO: ESTÁGIO ATUAL DO CAPITALISMO MUNDIAL

A ideia mais comum sobre o que seja o fenômeno da globalização é a de um mundo todo integrado e cada vez mais homogêneo. De fato, com o desenvolvimento rápido e crescente de novas tecnologias, o mundo obteve a possibilidade de se conectar muito mais do que já estava até o início do século XX.

Para se compreender mais a fundo o que seja a globalização, como se dá enquanto processo e suas implicações com o espaço geográfico, tomaremos alguns autores que discorrem sobre o tema abordando-o de forma mais geral ou enfocando aspectos mais específicos, dos quais trataremos aqueles que são de interesse para o escopo deste trabalho.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2018) analisa a globalização na perspectiva ambiental, incluindo a globalização da natureza, mas a considerando como um processo geral de formação do “sistema-mundo-moderno-colonial”. Entendendo como fundamental recuperar a ideia de sistema-mundo que está associada à expressão *mundo moderno*, coloca que:

Afinal, reter somente o lado *moderno* da expressão *mundo moderno* é atribuir à Europa um papel protagônico exclusivo nesse processo, olvidando-se que o mundo como um todo dele participou, mesmo que não participando dos seus melhores proveitos. É que, com frequência, esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização. Não fosse a colonização da América, a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico. Sabemos que, até o fim do século XV, o centro dinâmico do comércio estava no Oriente, ocupando a Europa, rigorosamente, um papel marginal. (Porto-Gonçalves, 2018, p. 24)

Assim, o referido autor toma o ano da descoberta da América pelos europeus, ou seja, 1492, como o marco inicial do processo de globalização, considerando ainda que Immanuel Wallerstein e Anibal Quijano também tomam a descoberta da América como origem do padrão de poder que passou a governar o mundo e que chamaram de *sistema-mundo*. Anteriormente a isso, o que se tinha eram histórias e geografias regionais e, por mais que já houvesse conexões entre pontos diversos das regiões já conhecidas do globo, não se tratavam de relações estruturadas o suficiente para integrar e condicionar as diferentes regiões. Mas, coloca o autor, a partir das grandes navegações e a descoberta do Novo Mundo, começa-se “a ter uma história e uma geografia verdadeiramente mundiais, cada vez mais se impondo às histórias regionais, ou, pelo menos, as condicionando” (Porto-Gonçalves, 2018, p. 24).

O início da globalização, portanto, se deu com as grandes navegações e com o processo de colonização pelos europeus, que passaram a ocupar, explorar e subjugar povos e territórios das novas terras descobertas, empregando, sobretudo, mão-de-obra *servil* dos indígenas locais e escrava dos negros trazidos da África.

O autor apresenta então uma periodização do processo de globalização a partir do ano de 1492 e divide-o em quatro fases, observando que “essas etapas não se sucedem simplesmente, mas se imbricam, se sobrepõem e têm, aqui, um sentido que objetiva periodizar para apreender novas configurações que estão dentro de um mesmo processo geral” (Porto-Gonçalves, 2018, p. 23). Dessa forma, na denominação dessas fases o autor acrescenta que algumas características das fases anteriores ainda estão presentes na atualidade, como a permanência de territórios com configuração colonial, citando exemplo da Guiana Francesa na América do Sul. A periodização definida pelo autor apresenta as seguintes fases:

1ª fase: O colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII... até hoje);

2ª fase: O capitalismo fossilista e o imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje);

3ª fase: O capitalismo de Estado fossilista fordista (de 1930 aos anos 1960-70... até hoje);

4ª fase: A globalização neoliberal ou o período técnico-científico-informacional (dos anos 1960 até hoje). (Porto-Gonçalves, 2018, p. 23)

Em relação à primeira fase do processo, com as colocações feitas antes sobre a chamada modernização acompanhada do colonialismo, Porto-Gonçalves (2018, p. 25, grifo nosso) diz tratar-se de “um *sistema-mundo moderno colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*”.

A segunda fase do processo de globalização denominada pelo autor é marcada principalmente pela descoberta da máquina a vapor. Nota-se, portanto, uma verdadeira revolução não somente industrial, mas também social e econômica no mundo a partir dessa descoberta. As estruturas de trabalho se modificam, e os locais produtivos também sofrem reorganizações: a indústria a vapor não precisa mais ficar próxima aos locais onde se produzem matéria prima; a agricultura tende a se especializar (monoculturas) e a se desprender da pecuária. Com essa especialização, as distâncias começam a ser superadas, e o sistema mundial de exploração da natureza passa a ter maior profundidade.

É claro que não se pode deduzir o imperialismo diretamente da revolução energética consubstanciada na máquina a vapor. Entretanto, a enorme capacidade de transformação da matéria a partir dessa revolução energética proporciona as condições técnicas para que se vá buscar, onde estiver, o que se demanda. O capitalismo deve muito do seu desenvolvimento aos

combustíveis fósseis – carvão e, depois, petróleo e gás. (Porto-Gonçalves, 2018, p. 30)

O que se compreende aqui também é que as novas formas de produção de energia são cruciais para uma nova ordenação do espaço e da própria produção como um todo. Assim, buscando um panorama competitivo de todo esse contexto, percebe-se que saem na frente aquelas nações que detém o controle de locais que possuem matéria prima. E, quando não se tem em seu próprio país, a superação das distâncias e a busca pelo controle em outros lugares se dá como uma alternativa a esse problema, caracterizando assim o imperialismo.

Em contraste à fase anterior, não é mais a produção de artigos de alto valor econômico por unidade de peso que vai ser a principal vitrine deste capitalismo, mas sim grandes volumes de matéria em diferentes quantidades e qualidades.

[...] Tudo passa a ser removido e movido por todo o mundo, submetido pela lógica de produção de mercadorias, sob o comando dos grandes monopólios industriais financiados pelos grandes bancos, dividindo territorialmente o mundo em áreas de influência entre os diversos imperialismos nacionais (inglês, alemão, francês, holandês, belga, italiano, estadunidense). (Porto-Gonçalves, 2018, p. 31)

O capitalismo segue seu desenvolvimento, mas no contexto do começo do século XX, com a Revolução Bolchevique de 1917, as crises sociais seguidas à Primeira Guerra Mundial, a crise do liberalismo em 1929, abriram-se possibilidades para se desenvolver uma nova forma de acumulação e produção, o fordismo, combinada com maior presença regulatória do Estado, configurando-se a terceira fase do processo de globalização capitalista, que se aproxima da concepção de um capitalismo popular, como aponta Porto-Gonçalves (2018). O termo fordismo deriva do sobrenome do empresário e precursor desse “modelo” de capitalismo, Henry Ford. Este tinha como ideia o fato de que os seus trabalhadores, participando de todo o negócio com a sua mão de obra, poderiam também continuar envolvidos nesse sistema contribuindo na forma de consumidor.

Fornecendo salários mais elevados aos funcionários, possibilitaria uma maior circulação do capital, favorecendo assim a todos os processos produtivos e comerciais. E para viabilizar esse consumo por parte dos funcionários, Ford pensou também em uma mudança na sua linha de montagem para proporcionar a produção em série, reduzindo de certa maneira os custos e oportunizando um preço final adequado ao consumidor de massa.

Produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de

sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (Harvey, 1992, p. 121).

Após o ano de 1945, inicia-se o que ficou conhecido como anos dourados do capitalismo. No período pós-segunda guerra mundial, houve também uma evolução nas indústrias e nas tecnologias que foram amadurecidas no período entre-guerras, como por exemplo os setores automobilístico, siderúrgico, de eletrodomésticos, entre outros (HARVEY, 1992).

Para além do modelo de produção fordista, há uma outra questão que é ponto chave desse período, que é a grande presença do Estado em diversas esferas. Como superação ao liberalismo que se viu em uma crise catastrófica no ano de 1929, o Estado se portou como mediador e garantidor de um bem-estar social e econômico, aumentando assim os padrões de vida da sociedade.

Assim, começam a surgir instituições governamentais e grandes corporações (ONU, FMI, BID) que ganham uma importância fundamental ao controle econômico e político, e passam a se caracterizar como globalizadores do desenvolvimento (Porto-Gonçalves, 2018). Enquanto uma demonstração de força e poderio político, tem-se ainda o fato de que no ano de 1971 os Estados Unidos romperam com o sistema de câmbio no padrão-ouro e abriu-se caminho para uma maior financeirização da economia. Assim, instituiu-se o dólar como o novo padrão mundial. E como somente os EUA que poderiam emitir tal moeda, estava posta uma nova vantagem e uma nova hegemonia no contexto mundial socioeconômico.

Esse regime de produção e acumulação fordista, no entanto, começa a se mostrar menos efetivo do que antes a partir da década de 1960. Nessa época, já estava se consolidando a recuperação da Europa Ocidental e do Japão – os quais antes eram mercados consumidores da produção norte-americana –, assim como a saturação do mercado interno destes e a busca por novos mercados consumidores. Para além, havia iniciado uma política no Terceiro Mundo que era a de substituição de importados, a qual gerou uma intensa industrialização fordista e competitiva, ameaçando também a hegemonia estadunidense (Harvey, 1992).

Continuando segundo a perspectiva de David Harvey, a proposta fordista-keynesiana se mostrou limitada frente aos novos dinamismos que o capitalismo experimentava. Dentre esses limites, menciona-se a rigidez dos investimentos capitalistas em larga escala, assim como a incapacidade de manter as taxas de lucro com a alta competitividade e a dificuldade de legitimação do Estado.

Com essas limitações postas, abre-se espaço para a chegada de um novo modelo de produção e acumulação, o qual vai se impondo e se fazendo presente em todo o globo. Esse



modelo, denominado de acumulação flexível, tem por principais características a flexibilização do trabalho, de produtos e de serviços, assim como a variação e diversificação destes, proporcionados por meio da evolução e convergência de momentos dos meios técnicos, científicos e informacionais.

A acumulação flexível, entretanto, não deve ser considerada isoladamente, mas sim com o contexto do neoliberalismo que começa vigorar em todo o planeta. Assim, entra-se no que Porto-Gonçalves (2018) vai denominar como sendo a quarta fase da globalização, que é a globalização neoliberal.

Essa etapa neoliberal da globalização, como estágio atual do desenvolvimento do capitalismo mundial, tem ainda como características a financeirização da economia, as novas divisões internacionais (e espaciais) do trabalho e o aumento nas fusões e aquisições de empresas, assim como a mudança do que anteriormente era uma economia de escala e que, a partir desse momento, passa a ser uma economia de escopo, de redes, verticalizada (Harvey, 1992).

Esse modelo inédito, quando começa a ganhar forças sobretudo nas três últimas décadas do século XX, se apresenta como solução aos diversos problemas para a continuidade da acumulação capitalista. Na década de 1970, diversos acontecimentos foram determinantes para a mudança de cenário no mundo, como a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e o Choque do Petróleo, os quais ameaçaram a hegemonia política, militar e econômica dos EUA. Além do fato de que esse país abandonou os acordos de Bretton Woods, levando a uma recessão econômica mundial, acabando por ruir também o pacto social que repousava sobre o Welfare State.

No entanto, a mudança da social-democracia com referência no Estado de bem-estar social para o neoliberalismo, que buscava estabilização, desregulação e privatização, apresentada como uma saída para mais uma crise de produção e acumulação do capital, a globalização neoliberal gerou e aprofundou problemas que, embora de formas e com impactos diferentes, afetam as sociedades como um todo. Apesar de haver certa contenção na inflação por meio da contenção de gastos públicos, diminuição de atividades governamentais, mercados sem regulamentação, flexibilização de direitos trabalhistas, gerou, também, uma enorme concentração de riquezas e um grande aumento no número de desempregos (Lewandowski, 2004).

A financeirização da economia, os fluxos das transações comerciais, as grandes corporações empresariais transnacionais, dizem respeito a questões que partem do campo econômico-mercantil e acabam por distanciar do debate a importância a ser dada sobre o espaço,

as sociedades, a natureza e os territórios, que constituem tanto as bases quanto os conflitos e contradições da globalização neoliberal. Segundo Porto-Gonçalves (2018, p. 38), “o território é uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade da natureza e, assim, nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza”.

Se com a globalização neoliberal busca-se romper fronteiras para a livre circulação do capital com produção e acumulação em escala mundial, reduzindo ou eliminando o papel regulador do Estado, Lewandowski (2004) chama a atenção para o fato que há, concomitantemente, a produção de regionalizações. Isso se dá, principalmente, pela criação de blocos econômicos. Essa questão se deu sem precedentes até meados do século XX, mostrando-se mais uma característica da globalização.

As motivações para as suas formações são diversas, mas em todos estes blocos há uma característica que é fundamental para a sua compreensão, que é a união e a cooperação entre Estados que visam a busca por melhores condições de participação no intercâmbio mundial. Os blocos regionais têm sido, portanto, uma forma alternativa para a realização da abertura de mercados, fenômeno este imposto pelo momento da globalização. Seja por meio da eliminação de tarifas alfandegárias, como área de livre comércio ou como uma união econômica, a formação desses blocos econômicos demonstram novas regionalizações que são postas sobre o globo, modificando em diversas esferas as relações entre países.

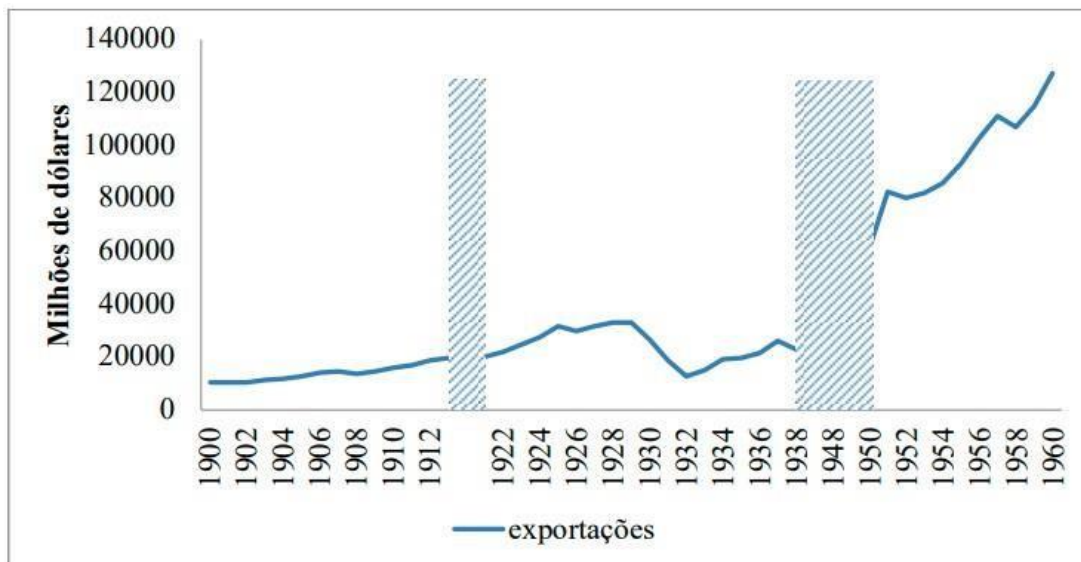
Cabe a ressalva ainda que, além desta nova configuração regional se mostrar como uma saída para a regulação pelas instituições governamentais do Estado, também devem ser compreendidas como reservas de mercado para as grandes corporações empresariais, as grandes transnacionais, que veem nessa união uma forma de manutenção do seu mercado consumidor e também de fluidez do seu capital. Dessa forma, as empresas que atuam nos territórios dos países de um bloco econômico, atuam para obter vantagens diante de outras, como através de sobretaxas de importação de produtos fabricados fora do bloco econômico, ainda que defendam a livre concorrência global e a desregulação do mercado pelo Estado.

Tomando-se as fases da globalização apresentadas por Porto-Gonçalves (2018), tem-se claro que determinadas circunstâncias só foram possíveis graças ao desenvolvimento de determinadas técnicas. E com a fase atual não fora diferente: o avanço nas comunicações e nos transportes, possibilitado pela emergência da Terceira Revolução Industrial, oportunizou a evolução de tecnologias que abriu possibilidades para circulação não somente para o mercado financeiro, mas também de pessoas, mercadorias, informações, culturas.

Com isso, se verifica um aumento extraordinário de diversos tipos de fluxos no mundo todo, com o crescimento no número de importações e exportações de produtos, maior compra de passagens aéreas, maior número de pessoas com acesso à internet, entre outros diversos aspectos que podem ser mencionados com o advento da globalização neoliberal e a evolução das técnicas.

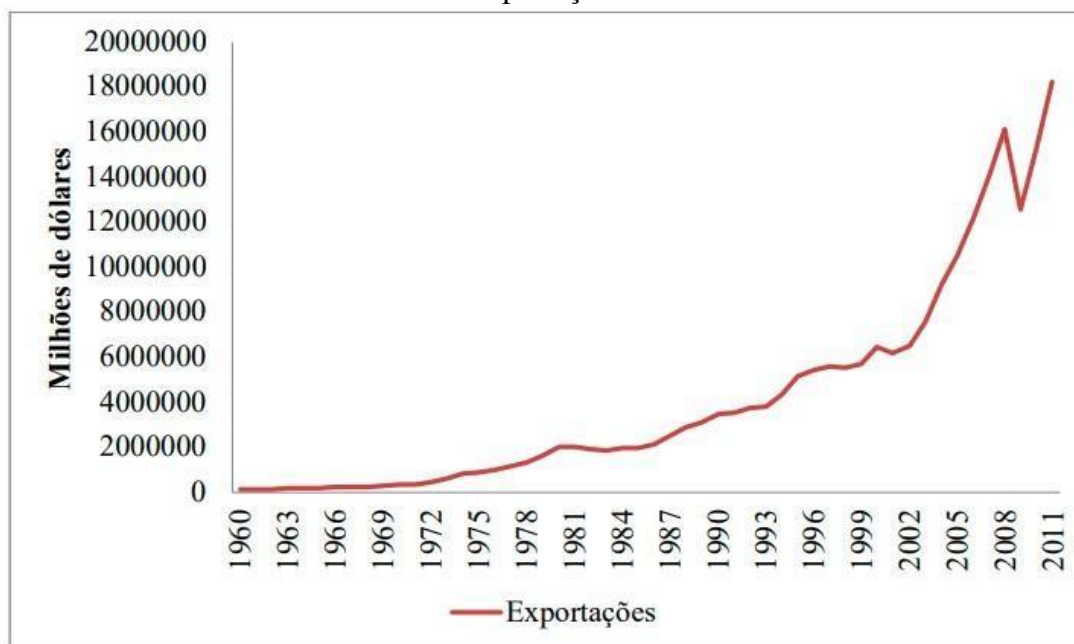
As trocas comerciais mundiais, ou seja, a circulação de mercadorias entre os países, expressas em valores das exportações, cresceram ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos 1950, chegando em 1960 a um volume cerca de seis vezes maior do que se tinha em 1900, como demonstrado por Prelhaz (2012) no Gráfico 1. E esse crescimento se torna ainda maior na fase neoliberal da globalização, principalmente a partir dos anos 1970-1980 (Gráfico 2), quando o neoliberalismo vai sendo imposto ao mundo a partir dos principais centros do capitalismo mundial, principalmente EUA e Reino Unido sob os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente. Se nos primeiros 60 anos do século XX as exportações mundiais cresceram cerca de seis vezes, em apenas trinta anos, entre 1981-2010, o aumento foi de cerca de dez vezes.

Gráfico 1: Crescimento das exportações mundiais entre 1900 e 1960



Fonte: Prelhaz (2012, p. 18). Dados: UN Statistics Division

Gráfico 2: Crescimento das exportações mundiais entre 1961 e 2010



Fonte: Prehaz (2012, p. 19). Dados: Banco Mundial.

Como pode-se observar por esses gráficos, o aumento dos fluxos de exportações mundiais se deu de modo sem precedentes até então na história. Compreende-se, portanto, um mundo muito mais integrado e, também, cada vez mais interdependente economicamente, o que não pode se dar senão no espaço, como pontuou Milton Santos (2013). E enquanto reprodutor dessas dinâmicas e realidades, este espaço não pode ser concebido sem alguma dependência das técnicas. Daí sua afirmação que esse espaço geográfico é caracterizado no período histórico atual como *meio técnico-científico-informacional*: “é a resposta geográfica ao processo de globalização” (Santos, 2013, p. 10).

Todo o processo de evolução do homem sobre a Terra é considerado uma evolução do estado das técnicas, independente do momento. No entanto, o período atual é marcado pelo que Milton Santos denomina de “confluência dos momentos”, denotando que o panorama atual de globalização e uma possível “homogeneização” do planeta só foi possível porque as técnicas não se deram de modo isolado, mas sim em convergência com outras demais, possibilitando ainda mais formas de dominação do planeta e artificialização da natureza.

O progresso técnico e científico que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial agora possibilita o funcionamento integrado dos mercados financeiros em diferentes lugares do mundo, o dia inteiro. Assim também, as pessoas passam a ter conhecimento do acontecer do outro, independente da proximidade.

Com o progresso nos procedimentos informacionais, as técnicas e os modos passaram a se comunicar entre si, tendo assim um papel importante na questão do uso do tempo. No entanto, o que o autor denomina também de “estado das técnicas” não pode ser considerado de modo isolado do “estado da política”, pois, historicamente, “as técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso” (Santos, 2000, p. 12).

Anteriormente, na história da humanidade o homem dispunha apenas do seu meio, isto é, do seu espaço vital, e de algumas técnicas para a sua sobrevivência, organizando assim a sua produção e a sua vida social. Contudo, aos poucos as sociedades foram se modificando paralelamente às novas necessidades que eram postas: comércio entre coletividades, novos desejos e novos arranjos sociais, concluindo-se na atual disposição da sociedade.

Essa evolução culmina na fase atual, onde a economia se tornou mundializada e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total e de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico e único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos. (Santos, 2013, p. 18)

A unificação das técnicas e, de certo modo, dos desejos, alcançam a um número muito maior de indivíduos e acabam por redefinir os lugares. Agora, estes se portam como ponto de convergência entre interesses próximos e distantes. Porém, Santos (2013) afirma que esses interesses não são comuns a todos os cidadãos do mundo, mas sim daqueles que são detentores hegemônicos das técnicas e do capital, isto é, as grandes firmas e corporações, Estados com poderio político exacerbado sobre os demais e as classes econômicas mais abastadas. Anteriormente, as técnicas eram submetidas aos desejos do homem. Atualmente, conduzidas pelos notáveis agentes econômicos e políticos, ela acaba submetendo o restante da população.

Em seu livro “Por uma outra globalização”, Milton Santos (2000) discorre sobre sua teoria da globalização, pela qual a entende como fábula, como perversidade e como ela pode ser. Para o autor, a globalização como fábula é o mundo como nos fazem vê-lo. Os agentes hegemônicos se desdobram para passar uma imagem de um mundo atual em constante evolução, o qual o processo de globalização propiciou o desenrolar de uma aldeia global de informações. Ainda, a evolução técnica das comunicações e dos transportes passa a criar a noção de tempo e espaços mais comprimidos do que em tempos anteriores da história. Em questões econômicas, essa narrativa contempla um planeta agora homogeneizado e flexível, com promessas de um mundo acessível a todos, conectados e participantes dessa nova dinâmica.

A globalização como perversidade, como descrita pelo autor, se dá principalmente por meio do que ele denomina de tirania do dinheiro e da informação (Santos, 2000, p. 19). O que é colocado primeiramente como a violência da informação é a sua natureza despótica, onde que o que é veiculado, compartilhado, se dá como uma informação interesseira e gananciosa dos fatos.

Essa tirania, portanto, consegue modificar a todos os indivíduos e, inclusive, o espaço, o qual é o *locus* das atividades de produção e de trocas, assim como também espaço de relacionamentos entre os indivíduos. Para pensar a modificação do espaço, se faz necessário pensar também a modificação do tempo, ou ao menos da sua percepção. Com a mencionada evolução nas comunicações e nos transportes, a globalização plantou no imaginário do ser humano que há uma compressão da relação de espaço-tempo.

No entanto, Milton Santos (2013) chama a atenção para o fato de que não há um espaço e nem um tempo global. Há um tempo universal, o qual é despótico e hierarquizante para com os demais tempos hegemônicos, assim como para os lugares, dos quais alguns podem chegar a representar localidades universais, mas que não há um único espaço global.

Essa diferenciação se dá em grande importância para nos atentar ao fato de que há uma hierarquização dentro das esferas econômicas e sociais, as quais por meio de uma nivelção e de um ranqueamento, possibilita uma infinidade de oportunidades aos agentes que possuem lugar privilegiado nesta classificação, e acaba excluindo as classes mais desprovidas. O mundo, portanto, nos é apresentado como uma fabulação, enquanto na verdade a globalização é produto e produtora destas desigualdades socioeconômicas que acabam por limitar e excluir uma grande parcela da humanidade.

O espaço, e principalmente os hegemônicos, estão em constante mudança para que consigam possibilitar a produção e as trocas de modo a conseguir se universalizar e mostrar forças para fazer a regulação das ações de outros lugares. Segundo Santos (2013), para pensar o espaço é necessário a compreensão dos conceitos de tecnoesfera e psicoesfera. A primeira, é tida como a artificialização do meio ambiente, enquanto a segunda, é a soma de crenças, desejos que culminam em comportamentos filosóficos e práticos, assim como nas relações entre indivíduos. Pode-se fazer uma aproximação deste último conceito com a questão da ideologia. O espaço atual, portanto, se apresenta com grande racionalidade graças à intencionalidade dos atores hegemônicos, os quais buscam o que Santos (2013) chama de matematização do espaço. Assim conseguindo, busca-se então uma matematização da vida social, colocando as questões de lucro e competitividade para os hegemônicos acima de quaisquer outros tipos de relacionamento e objetivos, procurando a alienação dos demais.

O meio geográfico atual, isto é, o meio técnico-científico-informacional, acaba sendo uma junção desses dois conceitos, sendo o mais preponderante a questão da psicosfera. Enquanto um local de forte racionalidade e obedecendo às premissas lucrativas capitalistas, o mercado se dá de forma tirânica, procurando realizar tudo o que for possível para que ocorra a fluidez do capital e da hegemonia. “A fluidez é a condição, mas a ação hegemônica se baseia na competitividade” (Santos, 2013, p. 31).

Essa competitividade, contudo, não consegue ficar somente restrita às empresas, e acabam por permear a sociedade dos indivíduos como um todo. Visando sempre uma maior produtividade e, com isso, uma maior parcela dos lucros, os agentes hegemônicos perceberam que deveriam transpor a ideia de disputa de maneira mais intrínseca aos seus trabalhadores. No entanto, não consegue ficar restrito a eles e acabam por atingir a sociedade geral.

Segundo a perspectiva de Dardot e Laval (2016), a grande arte está em gerir o desempenho dos colaboradores/trabalhadores de modo a espantar a preguiça e a ociosidade, pensando totalmente na eficiência econômica. Assim, muda-se a subjetividade e se passa a fazer dos assalariados sujeitos de valor. O indivíduo, portanto, passa a ser quantificado por sua produção e, ao mesmo tempo, são geridos baseados na concorrência e na incitação incansável para buscar ser mais autônomo e a procurar novas soluções, tornando-o mais responsável pelo seu trabalho.

Assim, começa-se a quantificar o indivíduo pelo que ele consegue produzir, esquecendo-se de sua essência e originalidade, vislumbrando-o apenas por meio de um número caracterizador de seus resultados. E essas preocupações passam a atingir a sociedade para além da questão do trabalho.

A competitividade desmedida gerou novos totalitarismos e o que Santos (2000) chama de “a confusão dos espíritos”, gerando assim um retrocesso na noção de bem público e de solidariedade. Enquanto totalitarismos ou *globalitarismos*, como aponta o autor, é verdadeiramente a violência estrutural, a qual o dinheiro e o consumo se portam como os reguladores da vida individual dos cidadãos do mundo atual. Há sempre necessidade de buscar mais dinheiro.

O que se apresenta ao mundo, também como parte desse processo, é uma grande concentração de riqueza a nível global por um lado e, por outro, um aumento nos níveis de pobreza, mantendo-se as desigualdades socioeconômicas. Piketty (2014) demonstra, por meio de uma tabela, a grande disparidade que há entre regiões do globo e alguns países que se destacam na economia mundial (Tabela 1).

Tabela 1: Divisão do Produto Interno Bruto (PIB) mundial no ano de 2012

	População (em milhões de habitantes)		PIB (em bilhões de euros 2012)		PIB por habitante (em euros 2012)	Renda mensal equivalente por habitante (em euros 2012)
Mundo	7.050	100%	71.200	100%	10.100 €	760 €
Europa	740	10%	17.800	25%	24.000 €	1.800 €
União Europeia	540	8%	14.700	21%	27.300 €	2.040 €
Rússia/Ucrânia	200	3%	3.100	4%	15.400 €	1.150 €
América	950	13%	20.600	29%	21.500 €	1.620 €
Estados Unidos/Canadá	350	5%	14.300	20%	40.700 €	3.050 €
América Latina	600	9%	6.300	9%	10.400 €	780 €
África	1.070	15%	2.800	4%	2.600 €	200 €
Norte da África	170	2%	1.000	1%	5.700 €	430 €
África Subsaariana	900	13%	1.800	3%	2.000 €	150 €
Ásia	4.290	61%	30.000	42%	7.000 €	520 €
China	1.350	19%	10.400	15%	7.700 €	580 €
Índia	1.260	18%	4.000	6%	3.200 €	240 €
Japão	130	2%	3.800	5%	30.000 €	2.250 €
Outros	1.550	22%	11.800	17%	7.600 €	570 €

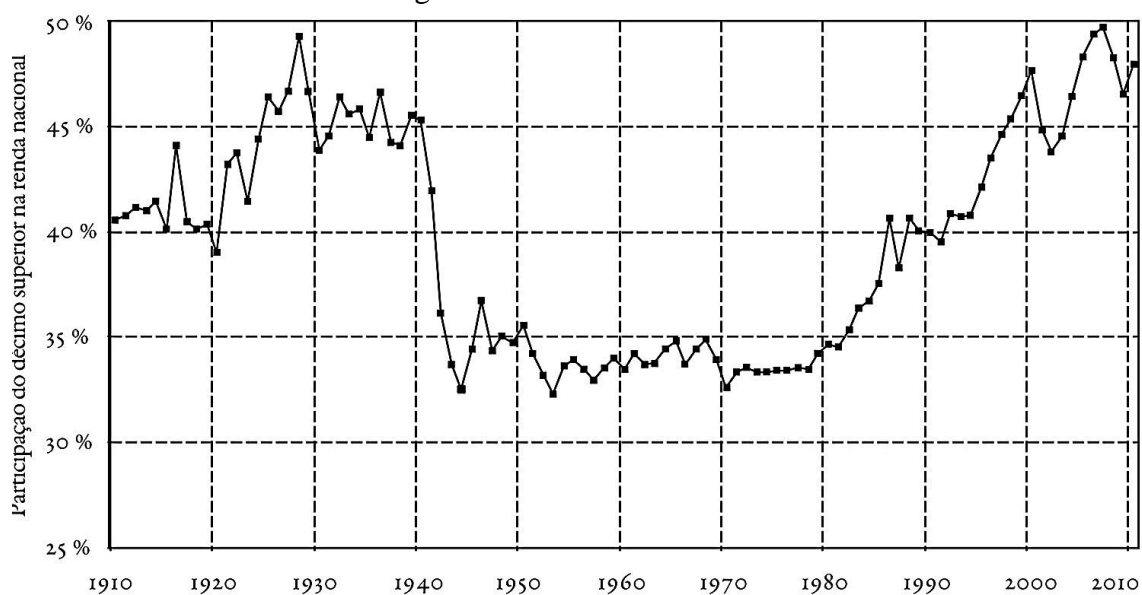
Fonte: Piketty (2014, p. 76)

Com os dados da tabela, percebe-se que há uma grande concentração de produção e de renda nos países ao norte do globo, principalmente na Europa e na América do Norte, com grandes discrepâncias em relação a outras regiões muito mais populosas, como América Latina e África.

Essa produção de desigualdades não se dá exclusivamente no período da globalização neoliberal e nem apenas entre países e regiões do mundo, mas também internamente aos países, inclusive naqueles centrais do capitalismo mundial. Se concentração de renda e desigualdades socioeconômicas são produzidas desde a origem do capitalismo, na fase atual de seu desenvolvimento mundial, a da globalização neoliberal, elas aumentam rapidamente. Um exemplo é o caso dos EUA, apresentado por Piketty (2014), em que os 10% mais ricos da população, que tiveram sua participação na renda nacional rebaixada de quase 50% pouco antes de 1930 para menos de 35% durante a maior parte dos anos 1940-1970. Entre as décadas de 1980-2000 a concentração de renda aumenta significativamente, com os 10% mais ricos voltando a concentrar 50% da renda nacional (Gráfico 3).



Gráfico 3: A desigualdade de renda nos EUA – 1910-2010



Fonte: Piketty (2014, p. 34)

A variação que se observa ao longo dos anos no gráfico corresponde ao padrão hegemônico nas duas fases anteriores e na atual da globalização capitalista: o imperialismo até a década de 1930, com grande concentração da renda dos mais ricos; após a Segunda Guerra Mundial (1945), há uma queda acentuada da desigualdade de renda, que se mantém até a década de 1970, período que predominou o Estado de bem-estar social; e, a partir daí, a ascensão do neoliberalismo, juntamente com a financeirização da economia e as formas de acumulação e produção flexível.

Há, portanto, um crescimento enorme da produção de riqueza acompanhada do crescimento da pobreza, a qual é considerada por Milton Santos (2000) uma pobreza estrutural globalizada. Esta, por vezes tratada como algo natural, é, na verdade, resultado de um complexo de ações totalmente planejadas:

Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão “administrativa” do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza. (Santos, 2000, p. 35)

Com o pleno desenvolvimento dessa violência, a ideologia começa a guiar e a comandar não somente a produção da economia, mas também o desenvolver da vida dos indivíduos. Assim, as contradições da globalização por muitas vezes não são explicitadas aos indivíduos, fazendo com que estes fiquem reféns dessa violência e da imposição feita pelos agentes hegemônicos que são sempre motivados pelo dinheiro e pelo poder.

A perversidade, portanto, é compreendida ao passo que é compartilhada a todos a imagem de um mundo possível e ao alcance de todos, onde o indivíduo se vê livre para alcançar os seus desejos e consolidar os seus anseios. No entanto, o que se vê na perspectiva da globalização “não é uma vontade de liberdade, mas sim de dominação, não é um desejo de cooperação, mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana” (Santos, 2013, p. 33).

Contrapondo-se à globalização como fábula e perversidade e para superá-la, Milton Santos propõe outra globalização, desenvolvendo a ideia de um mundo como ele pode ser, ou uma globalização desprendida dos interesses dos atores hegemônicos e da tirania do dinheiro e da informação, alcançando assim uma verdadeira democracia e a possibilidade da integração de um mundo saudável e realmente acessível a todos e livre das ideologias hegemônicas. Dentre as suas proposições, o geógrafo Milton Santos (2000) deixa explícito a sua crença em que o fenômeno da globalização tal como se apresenta hoje não é irreversível:

[...] um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível. Tais possibilidades, ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização. Por isso, situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas. (Santos, 2000, p. 78)

O quadro teórico sobre globalização delineado neste capítulo nos fornece os subsídios necessários para a análise da abordagem desse tema através da Cartografia no livro didático de geografia. Para isso, trataremos antes, no capítulo seguinte, sobre a Cartografia no ensino da Geografia e do livro didático.

### **3. A CARTOGRAFIA, A GEOGRAFIA E SEU ENSINO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO**

A globalização, ao impor sua lógica às relações socioespaciais em escala mundial, coloca novos desafios para a Cartografia e a Geografia e seu ensino na educação básica. A partir das abordagens geográficas sobre a globalização apresentadas antes, buscamos contribuições de Lacoste (2012) e Fonseca (2014), que tratam da importância da Cartografia e da Geografia para se compreender o mundo e, principalmente com a segunda autora, com questões que se colocam para o ensino da globalização, exigindo atualização desse ensino e da Cartografia para se tratar da realidade geográfica atual, uma cartografia que expresse de forma mais adequada o mundo sob a globalização.

#### **3.1 A Cartografia é fundamental para a Geografia e o seu ensino**

Em sua conhecida obra “A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra”, Yves Lacoste (2012) começa mencionando a importância e a necessidade de se aprender a geografia. Para enfatizar essa questão, retoma a geografia como era praticada anteriormente até se constituir como uma ciência e tornar-se objeto de estudo nas academias.

Nos primórdios, era praticada a serviço de governantes e chefes de Estado, criada por oficiais e para os oficiais (Lacoste, 2012, p. 23). Essa geografia se fazia, sobretudo, centrada em torno das cartas e da elaboração de mapas úteis para a defesa do próprio território e no reconhecimento, apropriação e exploração de outros territórios e seus povos, dando origem a grandes impérios aos quais a geografia servia, se fazendo assim um importante saber estratégico e, verdadeiramente, um poder – adjetivações que Lacoste dá ênfase repetindo-as ao longo de todo o livro.

O autor faz diversas críticas em relação às carências epistemológicas da geografia, à ausência de abordagem da geopolítica e também à chamada “geografia dos professores”. Lacoste define que essa última – surgida no século XIX – é a nova dinâmica que se instala, onde, na finalidade de se fundamentar como uma ciência, acabou afastando as dimensões políticas do saber geográfico, assim como mascarando a utilidade prática da análise do espaço, conseguindo fortalecer o Estado e contribuindo para a manutenção do poder: “a sutileza foi a de ter passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo” (Lacoste 2012, p. 25).

A cartografia e as suas representações sempre foram e continuam sendo grandes instrumentos de poder. Desde muito, servindo à geografia dos oficiais, dos dirigentes dos aparelhos do Estado, dos exploradores, chega-se então para servir à geografia dos Estados-maiores, que vai desde as forças armadas até os grandes aparelhos capitalistas (Lacoste, 2012).

Dentro das questões cartográficas, Lacoste aponta para o que ele denomina de *espacialidade diferencial*. Segundo seus exemplos, anteriormente a área de conhecimento de um cidadão era relativamente pequena, visto que sua vida era circunscrita à aldeia e ao seu entorno mais imediato, configurando assim um espaço vital limitado. Com os processos de industrialização, urbanização, crescimento demográfico, evolução dos meios de transportes, os avanços tecnológicos e, mais recentemente, com a globalização – fenômeno que envolve trocas, conexões, fluxos globais –, mudam as relações e articulações entre os lugares e o mundo e as distâncias relativas ao tempo dos deslocamentos, se fazendo ainda mais necessária a cartografia para a apreensão dos conteúdos geográficos dos lugares e do mundo, que não se limitam mais aos espaços imediatos do cotidiano.

No que tange à essa transformação espacial que se desenrolou ao passar dos tempos, a geografia – e principalmente a cartografia – mais do que nunca passa a ter uma importância crucial para a compreensão desses fenômenos. Como bem explicita Lacoste (2012, p. 51):

o desenvolvimento do processo de espacialidade diferencial acarretará, necessariamente, cedo ou tarde a evolução coletiva de um saber pensar o espaço, isto é, a familiarização de cada um com um instrumento conceitual que permite articular, em função de diversas práticas, as múltiplas representações espaciais que é conveniente distinguir, quaisquer que sejam sua configuração e sua escala, de maneira a dispor de um instrumental de ação e reflexão. Isso é que deveria ser a razão de existir da geografia.

Não somente no sentido de dominação e compreensão dos espaços vivenciados e compartilhados, mas também na ideia de entender que as informações que são obtidas por meio da análise geográfica podem – e geralmente são – utilizadas como ferramenta para manutenção do poder de quem o detém para manipulação e dominação do outro. Os dados obtidos sobre determinada localidade e população, a serviço do poder, tem a capacidade de os dominar e até os arrasar econômica, social, ambiental e, mesmo, fisicamente, como ocorre nas guerras.

Desse modo, se faz necessário que o geógrafo tome consciência de suas ações e responsabilidades sociais, pois produz um saber estratégico, e que, acima de tudo, confere poder aos que o detém. O geógrafo também deve propor formas pertinentes para que a população possa dispor desse conhecimento e, assim, ter discernimento sobre as relações socioespaciais envolvidas em cada situação para melhor se organizar e se defender (Lacoste, 2012). E a melhor

forma para a apropriação desse conhecimento pela população é através do ensino da geografia, incluindo a cartografia, na educação escolar.

O ensino da cartografia nas escolas, portanto, se mostra bastante pertinente e necessário para essa tomada de consciência sobre o espaço e as suas relações, ainda mais para se compreender o mundo atual e suas disposições determinadas pelo fenômeno da globalização, que se constitui por planos estratégicos de ações e práticas socioespaciais multiescalares. Dessa forma, Lacoste (2012) conclui que o “estado de miopia coletiva” que há em relação a esses fenômenos espaciais acarretará em consequências graves, se tornando uma vantagem aos que detém o poder.

Um outro ponto que é abordado pelo autor é sobre as questões geopolíticas e como estas influenciam e a vida dos cidadãos. Em muitos casos, o pensamento pressuposto é que questões geopolíticas se dão apenas em escalas globais, restrito às relações entre países. No entanto, Lacoste (2012) atenta para o fato de que as relações geopolíticas ocorrem também entre regiões, denotando que seria mais sadio politicamente e eficaz fazer a consideração desta como uma forma de organização política “(etimologicamente, região vem de *regere*, isto é, dominar, reger)”, e não somente naturalizar esse espaço delimitado, a região, como sendo produto da história e da geologia.

Este autor também chama a atenção para o que ele denomina de espaços de conceituação, isto é, a área de estudo delimitada pelo geógrafo. Essa escolha para a realização da análise se dá como primordial para a realização geográfica. De fato, qualquer escolha implica em um estudo limitado para a compreensão de determinadas estruturas e fenômenos, o que acarretará uma certa deformação ou ocultação de outros fenômenos. Para tanto, é importante que o geógrafo tenha a capacidade de utilizar outros níveis de análise, considerando, portanto, outros espaços. Assim, realizando-se essa articulação, ainda mais fundamental ao se estudar a temática da globalização, diminuir-se-á as deformações e contribuirá para resultados mais condizentes e em uma análise mais completa.

Lacoste (2012) adverte sobre os espaços de conceituação, que se alteram conforme há mudança de escala. Essa mudança também é vista como primordial nas investigações geográficas. Conforme o espaço estudado for mais amplo, ou seja, em escala geográfica maior, mais comumente ele é retratado em escala cartográfica pequena, com pouco detalhamento e de maneira mais abstrata, podendo ocultar detalhes cruciais na análise geográfica que é realizada. Portanto, o geógrafo deve ter essa capacidade de fazer a interseção de diferentes conjuntos espaciais nas mais variadas escalas, na finalidade de tomar conhecimento de todos os fenômenos possíveis nessa relação.

Dentre as diversas críticas apresentadas, Lacoste (2012) aponta para o fato de que os geógrafos se preocupam pouco com o que de fato é a geografia e suas posturas contribuem para não se demonstrar e colocar em evidência que o saber geográfico é, inevitavelmente, um instrumental do poder político e militar, e, acrescenta-se, também econômico – caráter este tanto maior quanto forem os interesses das grandes corporações empresariais nos territórios visados na globalização capitalista.

Nessas pautas que abordam o objeto do conhecimento geográfico, por muito tempo se consagrou o discurso de que a geografia é a ciência da síntese, o que fez com que aumentasse a carência epistemológica. Na tentativa de fazer com que a geografia se tornasse um saber científico, a crença que pairava sobre os geógrafos era sobre a necessidade de se afastar do discurso político para a efetivação desse saber como uma ciência. Talvez também por conta da aproximação dos geógrafos franceses com o Estado Maior, fez com que estes perdessem o interesse nas questões políticas, na tentativa de não contrariar os poderosos e afetar esse relacionamento.

As contribuições de Lacoste (2012) atestam a importância fundamental da cartografia para as análises geográficas do espaço e que o conhecimento produzido por essas se reveste de um poder político e estratégico que não deve ser exclusivo dos agentes do Estado, dos governantes, das forças armadas e de segurança interna, das grandes corporações empresariais, do mercado. Os cidadãos precisam se apropriar desse conhecimento para que se possa exercer de fato a cidadania e o ensino de geografia nas escolas é que deve proporcionar essa apropriação na formação dos alunos. E isso se torna ainda mais necessário diante do mundo sob a globalização neoliberal.

No entanto, no ensino de geografia ainda persistem ideias e práticas acerca da cartografia que comprometem a compreensão dos mapas como produtos históricos e contribuem para a reprodução de preconceitos, ideologias, interesses e mesmo de concepções de espaço através de suas representações cartográficas, o que pode se colocar, de forma involuntária ou intencional, a serviço da dominação e da alienação através de manipulação, mau uso ou desconhecimento da Cartografia.

Discutindo uma conhecida citação de Bruno Latour sobre a importância dos “estratagemas que permitem trazer o mundo para sobre essa superfície de papel” para produção de conhecimento em geral na história da ciência e das técnicas e colocando-a em relação aos mapas, Fonseca (2014) coloca que os mapas não devem ser considerados meramente uma simplificação daquilo que é complexo. A autora acrescenta que seria um erro de interpretação do pensamento de Latour colocá-lo para afirmar uma “capacidade da cartografia e dos mapas

em remover a complexidade da realidade e revelar por meio de uma simplicidade controlável a verdade, que estaria nessa essência” (Fonseca, 2014, p. 142). Os mapas são recursos que não podem ser considerados como a realidade fidedigna, mas sim como um meio para dialogar com o real complexo.

A autora ainda faz menção a Poncet (2013) e seu entendimento de que os mapas possuem o que ele denomina de “imperativo cartográfico”. Esse imperativo é a possibilidade de proporcionar um mundo complexo aos olhos humanos de apresentar um mundo que só é possível por meio do mapa, “pois nos mapas há relações que só podem ser constatadas e construídas pelo mapa. De partida um mundo apreensível em sua totalidade de uma só vez, um mapa-múndi, já é isso. Só existe no mapa e pelo mapa” (Fonseca, 2014, p. 144).

Essas questões precisam ser consideradas e enfrentadas no ensino de cartografia para romper com a ideia de naturalização dos mapas. É sabido que estes são produções humanas e, portanto, são moldados por diversas influências, apesar da aura científica consagrada à Cartografia. É importante lembrar que as práticas científicas também não podem ser analisadas fora de seus contextos históricos e dos interesses, valores, ideias, crenças, preconceitos, conhecimentos e condições materiais existentes em cada época e que atravessavam o pensamento e a produção dos seres humanos. Assim, podendo compreender o cenário em que se insere tal confecção cartográfica, pode-se entender melhor as influências e os objetivos que foram programados para a realização daquela representação visual e a visão de mundo que a conforma e é por ela reproduzida.

Os mapas, portanto – e principalmente no ensino de cartografia – devem ser compreendidos em sua totalidade, considerando os seus interesses e as mensagens transmitidas, e não somente de modo parcial, como meros exercícios de identificação e localização de determinados locais. “Não é preciso discursos teóricos e abstratos ensimesmados, mas práticas que tratem os mapas como expressões vivas, dinâmicas, imperfeitas, incompletas e em diálogo experimental com um mundo complexo” (Fonseca, 2014, p. 143).

A ciência cartográfica tem se firmado há séculos como um saber imprescindível para que o ser humano possa se localizar e se compreender no espaço em que vive e, também, naquele que não tem acesso. Por meio de métodos geométricos euclidianos e do sistema métrico que o complementa, a cartografia conseguiu uma grande autonomia e conseguiu até influenciar a própria geografia (Fonseca, 2014).

No entanto, a autora ainda chama a atenção para o fato de que essa linguagem (também uma ferramenta) que se desenvolve apenas em volta dos seus próprios interesses, acaba por não se comunicar. Perdendo a comunicação, perde o sentido em favor da geografia, que é a de

proporcionar que o indivíduo consiga se compreender no espaço e assimilando todas as dinâmicas existentes ao seu redor e no mundo todo.

Graças ao avanço das técnicas e do desenvolvimento da sociedade como um todo, o espaço vital do ser humano sofreu mudanças, sendo atualmente muito maior do que já fora em qualquer momento na história. Assim, a geografia que antes tinha preocupações mais regionais, passa a ser responsável pela compreensão de um mundo globalizado.

O choque dado é que as relações, portanto, passam a se dar de modo que modificam as escalas utilizadas para a sua compreensão. A mundialização, ou globalização, é o fato de que um espaço de escala mundial se torna pertinente ou, também, o progresso onde um espaço social que é pertinente passa a ganhar notoriedade em toda a extensão do planeta (Lévy, 2003 *apud* Fonseca, 2014).

Esse mundo, no entanto, não pode ser explicado e compreendido apenas pela sua representação em um mapa-múndi com a preocupação maior apenas com as localizações, formas, aspectos físicos e distâncias métricas de continentes, países, regiões. Estão colocados agora novos desafios à Geografia e, logo, à Cartografia, para conceber o mundo contemporâneo: como abordar e representar pelos mapas um mundo cada vez mais conectado, gerido por fluxos contínuos de informações, mercadorias, dinheiro, movido por fenômenos principalmente de escalas sociais e econômicas? A cartografia euclidiana tradicional consegue suprir as necessidades que se impõem para a compreensão desse novo contexto do espaço geográfico mundial?

Fonseca (2014) pontua algumas questões que são pertinentes à discussão dos problemas apresentados e que podem ser oportunos para a compreensão de como a Cartografia se dá no ensino do tema de globalização nos livros didáticos, assunto central de nosso estudo. Um de seus questionamentos é quanto ao aprisionamento, ao longo dos séculos, da ciência cartográfica à rigidez geométrica do espaço euclidiano e ao sistema métrico que o complementa, lembrando que o espaço euclidiano é também uma concepção de espaço. Seria esse modelo o mais cabível para as representações cartográficas no ensino da globalização? Há outras formas de representação mais adequadas? Quais?

A autora chama a atenção para uma questão que considera merecer muita reflexão que é a *naturalização de um fundo de mapa*:

Estamos totalmente convencidos com o mapa-múndi centrado em Greenwich (quer dizer: centrado na Europa), assim como com as disposições, vizinhanças, formas e dimensões das terras emersas dadas principalmente pela projeção de Mercator e similares. Ora, essa é somente uma das formas (e não



a forma), entre muitas outras possibilidades, de apresentar o mundo, de representar a superfície curva no plano.

Novamente, retorna-se ao fato de que o desenvolvimento de um mapa é um processo histórico e não natural. Não sendo essa a única ou a forma de representar o mundo, ela faz parte das escolhas feitas para se representar o mundo e que estão longe de serem neutras, como lembra a autora.

[...] por ser uma representação vista como científica, o mapa nos faz constantemente esquecer dessas escolhas implícitas em sua construção. O fundo do mapa se transforma assim num meio subliminar de imposição das representações historicamente situadas, graças às quais nos apropriamos mentalmente e praticamente do conjunto da superfície terrestre (Fonseca, 2014, p. 149).

A mudança de descentralização do mapa-múndi permite uma maior flexibilização de perspectivas e abre possibilidades para dar foco às outras partes do globo que também se fazem importantes em diversos aspectos. Ao que se acrescenta a questão clássica da escala que, sendo muito pequena no mapa-múndi, com pouco detalhamento, acaba por tornar invisíveis diversos países do mundo, principalmente quando nas dimensões de uma página de livro. Essa forma de representação tem como prioridade a demonstração dos limites territoriais de cada país. No entanto, compreendendo as novas dinâmicas que se impõem, o tamanho territorial não confere uma importância mundial diretamente proporcional.

Também quanto às unidades territoriais, nas representações não devem ser consideradas apenas as relações intra ou interestatais, isto é, dentro de cada país ou dos países uns com os outros, compreendendo somente a relação entre as instituições de Estado que denotam território, governo, povo, cultura. No entanto, e ainda mais no contexto contemporâneo da globalização, as representações devem contemplar as empresas e as grandes corporações que atuam mundialmente e nos lugares e regiões, as quais são atores fundamentais e hegemônicos, em muitos casos, para o entendimento de como se dá o momento atual do mundo e as suas implicações na realidade da vida dos indivíduos.

Das contribuições de Fonseca (2014), destacamos ainda suas considerações sobre a necessidade de se colocar a discussão sobre as projeções cartográficas no ensino enfocando quais são as mais adequadas para se representar a realidade atual do mundo e não apenas em relação às formas de se projetar o globo no plano. Além de que as escolhas resultam e expressam “visões de mundo diferentes e que precisam ser controladas conscientemente” (idem, p. 147). Acrescenta a autora que para o mapa-múndi no contexto da globalização:

[...] a escolha da projeção para representar um fenômeno ou vários fenômenos na escala mundial passa a ter outra importância, mas não por motivos cartográficos, e sim, antes de tudo, por motivos geográficos, por motivos gerados no campo das relações sociais. Quer dizer: a prática cartográfica (a produção de um mapa), nesse caso, não poderá se manter alheia ao que acontece nas pesquisas e nas elaborações do campo da geografia.

A escolha da projeção cartográfica também se impõe para representar os fluxos mundiais de forma mais adequada à realidade. Como exemplo, a autora menciona sobre o fluxo de mercadorias entre os Estados Unidos e a China que se dá pelo Oceano Pacífico, enquanto que as projeções cartográficas nos mapas-múndi mais comuns, como a de Mercator, destacam o Oceano Atlântico e a Europa no centro.

E em relação aos fluxos que percorrem as redes geográficas e técnicas e os espaços que engendram com a globalização, a autora coloca também como questões importantes a representação cartográfica de fenômenos que não têm a expressão territorial convencional e para os quais as distâncias relativas a tempo são mais importantes do que a “métrica-quilômetro” do espaço euclidiano.

As contribuições de Lacoste (2012) e Fonseca (2014) colocam os desafios atuais para o ensino de globalização, cartografia e geografia na escola, que se faz principalmente através dos livros didáticos e a partir das prescrições curriculares para a educação básica, as quais serão tratadas na sequência.

### **3.2 Globalização no currículo oficial de Geografia: a BNCC**

Para compreender a abordagem da globalização no ensino formal, se faz necessário a retomada do documento que regula, norteia e normatiza o currículo da Educação Básica no Brasil, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta base curricular é propriamente definida como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 7). Possui validade para todo o país, sendo obrigatória como “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (idem, p. 8).

Diversos autores têm discutido a BNCC em todas as suas formulações, as quais acabam por impactar diretamente a educação nacional. Compreendemos e consideramos as críticas feitas a este documento e à sua elaboração, a qual fora desenvolvida com certos vieses político-

pedagógicos vinculados aos ideais e interesses do sistema capitalista neoliberal, propondo uma abordagem por vezes tecnicista e distante de uma compreensão crítica. No entanto, para a demanda da presente pesquisa, considerando ser a BNCC o documento curricular oficial de caráter normativo e obrigatório e de abrangência nacional, procuramos identificar o que e como esse documento coloca sobre globalização para o currículo da Educação Básica, situando esse tema na estrutura curricular da BNCC, identificando as etapas e anos de escolaridade em que aparece e analisando a sua abordagem no documento. Consideramos importante para esse estudo analisar como o tema é tratado na BNCC porque esse documento também é referência obrigatória para elaboração e avaliação de livros didáticos adquiridos e distribuídos pelo Governo Federal através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), uma vez que analisaremos em livro didático de geografia como o tema é tratado através dos mapas.

A BNCC procura nivelar e uniformizar a Educação Básica principalmente por meio da definição de competências gerais e específicas e habilidades. As competências são compreendidas como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Para a etapa do Ensino Fundamental há uma divisão sistemática na organização dos conteúdos a serem abordados. Estes estão divididos em partes mais abrangentes denominadas de “Unidades temáticas”, para as quais são definidos “Objetos de conhecimento” e para estes, as “Habilidades”. Segundo a BNCC, “as habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (Brasil, 2018, p. 29).

A palavra “Globalização” aparece pela primeira vez na BNCC quando se coloca o que deve ser evidenciado em geografia no 9º ano do Ensino Fundamental, em que “é dada atenção para a constituição da nova (des)ordem mundial e a emergência da globalização/mundialização, assim como suas consequências” (Brasil, 2018, p. 383). A partir dessa colocação inicial, apresenta-se o que deve ser estudado em geografia no 9º ano do Ensino Fundamental, enfocando-se o papel da Europa na dinâmica econômica e política do Ocidente desde o colonialismo, as relações dos países asiáticos com o Ocidente com destaque para o papel econômico e cultural da China, do Japão, da Índia e do Oriente Médio, a dimensão sociocultural e geopolítica da Eurásia na formação e constituição do Estado Moderno e nas disputas territoriais. Na sequência, sobre o que se espera com o estudo da Geografia nos anos finais do ensino fundamental, inclui-se a utilização de “diferentes representações cartográficas e

linguagens para que os estudantes possam, por meio delas, entender o território, as territorialidades e o ordenamento territorial em diferentes escalas de análise” (idem).

No quadro de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidade de geografia para o 9º ano do Ensino Fundamental, o tema globalização está na unidade temática “Conexões e escalas”, tendo “Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização” como objeto de conhecimento e a habilidade “(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização” (Brasil, 2018, p. 393). Mas está relacionada também com a unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, objeto de conhecimento “Corporações e organismos internacionais”, habilidade “(EF09GE02) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade” (idem, p. 393).

Na BNCC do Ensino Fundamental, a globalização aparece também na disciplina de História, na qual é mencionado pela primeira vez na parte relativa aos anos iniciais. Mas não como tema de estudo, e sim para colocar que é pressuposto dos objetos de conhecimento da disciplina nesta etapa do Ensino Fundamental analisar como o sujeito se aprimorou na “pólis” e que: “entretanto, respondendo aos desafios contemporâneos marcados por grandes movimentos populacionais e pela globalização, considerou-se uma nova dimensão para o projeto pedagógico” (idem, p. 405). Explica-se que nesse contexto “emerge um sujeito coletivo mais desenraizado”, acrescentando que “os indivíduos devem se preparar para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo”.

Como objeto de conhecimento, a globalização também aparece na disciplina de História para o 9º ano do Ensino Fundamental. Na unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, um dos objetos de conhecimento é “O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização” e uma das habilidades é: “(EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização” (idem, p. 430). A unidade temática “A história recente” tem dentre seus objetos de conhecimento “O fim da Guerra Fria e o processo de globalização” e neste, as habilidades:

(EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.

(EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação. (Brasil, 2018, p. 433).

Verifica-se, portanto, que, pela BNCC, é no 9º ano do Ensino Fundamental que o tema globalização deve ser tratado nas disciplinas de Geografia e História.

Já a BNCC do Ensino Médio não dá destaque para o tema globalização em particular, que aparece apenas de forma secundária na apresentação da categoria Fronteira na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: “A conformação dos impérios coloniais, a formação dos Estados Nacionais e os processos de globalização problematizam a discussão sobre limites culturais e fronteiras nacionais” (Brasil, 2018, p. 564). Nessa área, não há divisão e especificações curriculares por disciplina e a organização do currículo é centrada em categorias comuns para as disciplinas:

Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. (Brasil, 2018, p. 562)

Com essa organização e categorias da área, o currículo para Geografia, História, Filosofia e Sociologia na BNCC se define ainda apenas por seis competências específicas da área, cada qual com um conjunto de habilidades também comuns para as disciplinas, as quais não contemplam a globalização como tema ou conteúdo que mereça estudo específico.

No que se encontra sobre o tema em geografia na BNCC para o 9º ano do Ensino Fundamental, percebe-se que a questão da globalização e todo o seu tratamento estão limitados à ideia de uma integração mundial somente a níveis de uma compreensão “econômica, política e cultural”. As conceituações que envolvem o meio ambiente, um novo reordenamento espacial, de nova divisão internacional de trabalho, evolução das técnicas e tecnologias enquanto proporcionadoras da sistematização atual da globalização, o aumento considerável do desemprego a nível mundial, a questão da produção da pobreza, das desigualdades, da concentração de renda, entre outros, não são contemplados com uma abordagem crítica a ser desenvolvida no currículo escolar.

No que a BNCC de Geografia para o 9º ano do Ensino Fundamental contempla especificamente sobre globalização, constata-se que a ênfase na habilidade, considerada como a aprendizagem essencial que deve ser garantida, acaba por ser muito limitante do ensino e pouco contribuindo para uma devida caracterização do que de fato é o fenômeno da globalização. Na outra habilidade que envolve secundariamente a globalização, percebe-se uma abordagem de predominância econômica, enfocando-se as grandes corporações e organizações

econômicas mundiais. No entanto, da forma que fora explicitado na descrição da habilidade, também não demonstra a busca por um viés crítico na abordagem dessa temática.

Dessa forma, com a compreensão da postura tomada pelo documento norteador e regulador para o desenvolvimento curricular a nível nacional, verifica-se alguns indícios do que poderá vir a ser encontrado nos livros didáticos atuais sobre a abordagem da globalização, visto que esses materiais devem seguir e contemplar a efetivação destas habilidades em suas produções.

### **3.3 O livro didático de Geografia: texto multimodal e discurso**

O livro didático é considerado um dos principais difusores de conteúdos educativos, de informação e de cultura na escola. Para se compreender o alcance e importância dessa ferramenta, os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aponta que o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) atendeu, em 2019, mais de 35 milhões de estudantes com uma distribuição de mais de 126 milhões de exemplares de livros didáticos, o que demonstra a grande utilização desse tipo de material para a educação formal (Vitiello, 2020).

Esse mesmo autor realizou uma pesquisa que demonstra o perfil dos autores que elaboram os livros didáticos de geografia distribuídos para as escolas públicas do Brasil pelo PNLD entre os anos de 2005 a 2022. Nos resultados obtidos, de forma geral, verificou-se o perfil de “um profissional majoritariamente masculino (63%), formado em Geografia (86%), que realizou sua graduação na Universidade de São Paulo (60%). O mesmo buscou fazer pós-graduação (60%), com especializações nessa mesma universidade (55%)” (Vitiello, 2020, p. 417). O autor aponta uma contradição entre esse perfil e a proposta no Guia de Livros Didáticos de Geografia de 2017, onde há a indicação de que se faz necessário uma pluralidade de “olhares”, com autores que sejam de diferentes regiões do Brasil, considerando a diversidade como elemento para se alcançar maior qualidade na produção dos livros didáticos.

Em relação produção de livros didáticos há também outra fragilidade observada, que é o distanciamento dos autores em relação à realidade da educação básica, principalmente na escola pública. Essa questão é de vital importância na discussão a ser feita pois, segundo Kanashiro (2008, p. 158) “uma política de livros deve ser pensada junto com a escola (dialógica) e não para as escolas (monológica) em virtude do que caracteriza a dinâmica escolar”.

Deve se ter como premissa que a autoridade sobre livro didático não se resume somente aos autores, mas inclui um conjunto de agentes envolvidos na sua produção. Segundo Pontuschka *et al.* (2007, p. 339), o livro didático é “uma produção que leva o nome de um ou mais autores, mas tem por trás todo um grupo de pessoas em seu tratamento industrial antes de sua chegada às escolas e livrarias”.

A discussão sobre o livro didático envolve ainda a questão da escolha e da utilização do mesmo pelos docentes no ensino. Andrade e Vlach (2001, p. 9), a partir de pesquisa feita com professores de geografia, afirmam que “o livro didático é adquirido e utilizado sem preocupação quanto à qualidade do seu conteúdo e metodologia. O professor mostra não ter condições de utilizá-lo de uma maneira crítica; pensamos que isso reflete sua formação, geralmente precária.”

Tratando-se da questão envolvida em nosso estudo, de como a cartografia é utilizada nos livros didáticos para tratar sobre globalização e se essas produções contribuem para o desenvolvimento de uma concepção crítica acerca da globalização, é preciso analisar não apenas os mapas empregados. Isto porque, segundo Nurit Peled-Elhanan:

Os livros didáticos de geografia são o que Theo van Leeuwen define como gênero multimodal. Sua estrutura genérica se realiza de maneira multimodal, por imagens, gráficos, mapas, diagramas, layout, cor e blocos de texto verbal. [...] Eles se valem de um leque de modos verbais e visuais para transmitir valores e significados” (Peled-Elhanan, 2019, p.133 e 135).

A autora analisa os significados e discursos ideológicos acerca dos árabes, particularmente dos palestinos, em livros didáticos israelenses. Faz essa análise considerando os diferentes modos semióticos e como são empregados em conjunto para a produção de determinados significados no discurso. Assim, a compreensão objetivada como fundamental nessa pesquisa, portanto, não deve se restringir apenas aos mapas e seu conteúdo cartográfico, mas considerar também sua sintaxe, isto é, a significação criada por meio da ordenação e das relações entre as partes que compõem a mensagem. E as mensagens no livro didático como texto multimodal são produzidas através da combinação de textos verbais e visuais, como escrita, mapas, fotografias, gráficos, ilustrações, etc. Esses modos semióticos podem ser manipulados para fins ideológicos, produzindo-se significados e discursos de forma dissimulada, com significados implícitos, o que assume maior poder de convencimento com a autoridade e o caráter científico que revestem os livros didáticos.

Para professores e alunos, eles [os livros didáticos] possuem a autoridade de uma verdade sem viés, são apresentados como informes neutros e objetivos de “fatos brutos” e dados científicos. No entanto, evidenciou-se que os livros didáticos de todo o mundo são ideológicos e autorizados, e obedecem a regras de recontextualização, distribuição e avaliação ditadas pelo Estado ou por grupos dominantes” (Peled-Elhanan, 2019, p. 78).

A compreensão da globalização e a aplicação da cartografia para a efetivação do ensino deste conteúdo necessita da tomada de consciência de que a Geografia é imprescindível para propiciar a reflexão e conscientização dos alunos sobre a sua inserção no espaço. A Geografia atual deixou de ser uma disciplina descritiva e informativa para se tornar comprometida em explicar e transmitir a dimensão da espacialidade nas relações do mundo, colocando o espaço geográfico como sendo pensado e construído como um produto social e histórico, se tornando assim ferramenta indispensável para análise da realidade (Cavalcanti, 2008).

Por consequência, se faz necessário pensar sobre essa proximidade entre a produção de conhecimento e o poder na educação, isto é, o quanto os agentes hegemônicos conseguem influenciar na questão do ensino. Ainda mais no contexto da Geografia, lembrando as ponderações de Lacoste (2012, p. 23) sobre ser essa ciência “é um saber estratégico, um poder”.

Não somente no conteúdo que é ensinado-aprendido, mas também na forma como é compartilhado e como é recebido e apropriado pela população. Tratando-se de um mundo globalizado e cada vez mais dirigido pelas grandes corporações transnacionais, o discurso sobre a globalização nos livros didáticos pode reproduzir vieses ideológicos hegemônicos e alienadores ou proporcionar um discernimento crítico acerca deste fenômeno, possibilitando a oportunidade de fazer com que cada pessoa pense sobre a sua individualidade e a coletividade no espaço atual, aprendendo a pensá-lo para nele melhor se organizar e se defender perante as eventualidades que o mundo propõe, como colocou Lacoste (2012).

A palavra discurso “etmologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”, nas palavras de Orlandi (2005, p. 15). Segundo ainda essa autora, a Análise de Discurso é uma mescla de conhecimentos do campo das Ciências Sociais e o domínio da Linguística e trata a língua não como um sistema abstrato, mas sim como a língua no mundo, possibilitando ao homem significar e significar-se em infinitos aspectos. “A linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”, cria-se uma relação língua-discurso-ideologia (idem, p. 16). Citando M. Pêcheux (1975), a autora afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (idem, p. 17).

Considerando o livro didático como um difusor de conteúdo educativo formulado por sujeitos para a formação de sujeitos na educação escolar, a relação deve ser analisada não somente como uma transmissão de informação entre um emissor e um receptor:



[...] pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. (Orlandi, 2005, p.21).

De acordo com a autora, para a compreensão dos discursos, há de se analisar os contextos e o que também ficou denominado como interdiscurso. Os contextos são divididos em dois, sendo o primeiro deles o contexto imediato, que é a produção estrita e as circunstâncias que a envolvem naquela ocasião. O segundo é o contexto mais amplo, o qual compreende a questão sobre a sociedade e a conjuntura atual desta, assim como os fatos históricos e a produção de acontecimentos. Estes fatos influem diretamente na construção do discurso e devem sempre ser considerados na análise deste. Já o interdiscurso diz respeito àquilo que já fora dito ou descrito em outras ocasiões por outros, mesmo que distantes, mas que influenciam a interpretação e compreensão durante a análise de discurso.

[...] É todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. [...] É preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (Orlandi, 2005, p. 33, 34).

O dizer está fundamentado nas relações de movimento entre a língua (que está sujeita ao equívoco) e a ideologia (que é um ritual com falhas): “por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. [...] Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros” (Orlandi 2005, p. 37).

A produção de discursos é realizada por meio de condições, as quais funcionam por meio de alguns fatores. Dentre estes, está um que é imprescindível para a compreensão e análise do discurso que é empregado nos livros didáticos e no ensino da globalização. Trata-se da relação de forças, segundo a qual pode se dizer que o lugar a partir do qual o sujeito se expressa é constitutivo do que ele diz. Como exemplo dado na obra pela autora, o padre se articula de um lugar em que institui uma determinada autoridade sobre os fiéis (Orlandi, 2005).

Assim, e tomando em conta a sociedade hierarquizada em diferentes níveis por meio do poder, com agentes cada vez mais hegemônicos e presentes também na esfera da educação, se faz necessário a compreensão de que, como exposto antes, os livros didáticos exercem uma influência poderosa de autoridade sobre os alunos e até sobre professores. Tem-se uma relação

de forças para a produção de discursos potentes sobre a globalização na relação entre sujeitos e ideologias através do livro didático e que precisam ser interpretados.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever. (Orlandi, 2005, p. 47)

Portanto, para compreensão de um texto e toda a sua mensagem é necessário, segundo a autora, tomá-lo enquanto um objeto linguístico-histórico, explicitando como ele desenvolve a discursividade que o constitui.

Essa perspectiva da Análise do Discurso contribui para aquela necessária “desnaturalização” dos mapas apontada por Fonseca (2014), permitindo compreendê-los melhor como textos produzidos historicamente por sujeitos e que, portanto, veiculam ideologias. Sendo o mapa um dos modos textuais que compõem o livro didático, se faz necessária uma análise multimodal para se apreender o discurso sobre globalização e como a Cartografia é empregada na produção desse discurso.

#### **4. ABORDAGEM DA GLOBALIZAÇÃO ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

A metodologia da pesquisa consistiu em, primeiramente, levantamento e revisão de bibliografia sobre a globalização, a Cartografia e a Geografia no ensino e o livro didático para o entendimento e fundamentação teórica, como forma de definir os conceitos para servir de sustentação ao se efetivar a parte analítica do livro didático.

A partir do estudo da bibliografia apresentado nos dois capítulos anteriores, com uma concepção geográfica crítica da globalização, foram identificados aspectos que devem ser considerados no ensino para que se possa abordar e compreender criticamente a globalização neoliberal como fase atual do capitalismo mundial. Aspectos como a questão social representada pelo aumento das desigualdades com a pobreza e a concentração de renda crescentes, o poder dos agentes hegemônicos, o agravamento da crise ambiental, o meio técnico-científico-informacional e a violência do dinheiro e da informação, a produção e acumulação flexível, discutidos por Santos (2013; 2000), Porto-Gonçalves (2018), Harvey (1992) e Piketty (2014).

Sobre a Cartografia enquanto linguagem e instrumento, toda sua importância para a Geografia e o ensino e os desafios colocados pela globalização para se efetivar de forma eficiente a representação cartográfica das características e transformações do mundo globalizado, consideramos principalmente as contribuições de Lacoste (2012) e Fonseca (2014). Para a análise dos mapas no livro didático, destacamos os seguintes pontos das ponderações de Fonseca (2014): a rigidez e limitação da concepção euclidiana predominante na elaboração dos mapas; o emprego unicamente da “métrica-quilômetro” sem a busca por outras representações alternativas cabíveis para situações em que as distâncias em tempo são mais importantes do que aquelas métricas; a recorrente naturalização do fundo de mapa, com planisfério geralmente com a projeção de Mercator e a apresentação de um mundo centrado no meridiano de Greenwich e, conseqüentemente, na Europa – dando a este continente uma aura protagônica nos mapas temáticos e corroborando para uma visão de mundo hegemônica; o distanciamento da ideia de que os mapas são construções humanas e, por isso, influenciáveis por meio de culturas, valores, crenças, ideologias, políticas; a insistência na grande utilização de escalas pequenas, a níveis mundiais, que acabam por inviabilizar a visualização e compreensão de diversos países e regiões com pouca extensão territorial e que, em determinadas situações, podem assumir importância maior do que outros territorialmente muito extensos.

Em relação ao livro didático, para além de sua importância no ensino de geografia e das demais disciplinas escolares e das questões relativas a produção, utilização e qualidade desses materiais, critérios e condições de escolha pelos professores, coloca-se a compreensão desse material didático como texto multimodal através do qual se produz e reproduz discursos, ao que se chegou com as contribuições teórico-metodológicas de Peled-Elhanan (2019) e Orlandi (2005). O livro didático é composto por diversos modos semióticos além do texto escrito, como mapas, gráficos, tabelas, imagens, os quais devem ser analisadas em conjunto, e não individualizadas a cada qual com a sua função. Essa análise multimodal com a perspectiva da análise do discurso permitem uma compreensão mais ampla da abordagem da globalização no livro didático, das ideias que são produzidas e veiculadas através dos modos semióticos em conjunto e de como os mapas integram essa produção com suas especificidades.

Na análise da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), verificou-se que o tema globalização é tratado como objeto de estudo específico em Geografia e História apenas no Ensino Fundamental, dentre os temas indicados para o 9º ano. No que o documento curricular oficial obrigatório apresenta para a disciplina geografia, a abordagem da globalização é limitada e não deve proporcionar uma compreensão crítica de seu significado.

Para a escolha do livro didático de geografia a ser analisado, consultou-se, por meio do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a lista dos títulos adquiridos pelo PNLD 2020, o último ano em que houve aquisição integral das obras que dizem respeito aos anos finais do Ensino Fundamental. Considerando que a distribuição das obras pelo PNLD é de abrangência nacional, buscou-se, dentre as destinadas ao 9º ano do Ensino Fundamental, aquela que foi mais representativa numericamente: “Araribá Mais Geografia 9º Ano” (Editora Moderna, 2018). Desta edição foram adquiridos 808.475 exemplares, sendo que, bem abaixo, o segundo título mais adquirido para 9º ano do Ensino Fundamental foi de 185.655 exemplares.

Após a definição da escolha do livro didático, empreendeu-se a análise do mesmo, cujos resultados serão apresentados e discutidos na sequência.

#### **4.1 Resultados e discussão**

O livro didático “Araribá Mais Geografia - 9º ano”, produzido pela Editora Moderna, contempla sua divisão em oito Unidades maiores, pensadas para serem trabalhadas duas por bimestre letivo. Essas oito Unidades são divididas em 17 capítulos, com apenas a Unidade III abrangendo três capítulos e, as demais, dois.

Seguindo o que é colocado pela BNCC de Geografia para o 9º ano do Ensino Fundamental, as duas primeiras unidades do livro abordam a geografia a nível mundial, tratando de “Organização política e economia mundial” (Unidade I) e “Globalização, sociedade e meio ambiente” (Unidade 2). E nas demais unidades, são retratados conteúdos sobre a Europa, a Ásia e a Oceania.

Ao que nos interessa para a compreensão de como a globalização é tratada ao longo do livro didático, por meio dos diferentes modos semióticos e, principalmente, com foco na cartografia, atentaremos para a análise das Unidades I e II e os seus capítulos 2, 3 e 4. Parcialmente, também será analisado o capítulo 1, visto que possui conteúdos sobre o surgimento do capitalismo e as suas transformações que possibilitaram o seu desenvolvimento e a integração do mundo até o fenômeno da globalização.

Buscando um panorama geral das unidades e a compreensão dos modos semióticos empregados, percebe-se uma postura factual acerca das características e questões que são inerentes à globalização e os seus efeitos, como a temática do meio ambiente, se fazem presentes, mas quase sempre com o viés econômico entrelaçado em suas concepções.

O material, no entanto, possui poucas partes críticas acerca da globalização. Estas partes, ainda se apresentam de modo pontual no desenrolar do assunto. Como exemplo, menciona-se a utilização de um gráfico na página 32, cujo título é “Percentual de emprego vulnerável (2016)”. Esse modo semiótico está a complementar o subcapítulo “A economia global e o aumento do desemprego”. Os dados do gráfico demonstram que em 2016, as regiões que apresentam os maiores índices de empregos vulneráveis são o Sul da Ásia e a África Subsaariana, com mais de 68%, enquanto a média mundial é de 42,9%.

O gráfico por si só coloca uma questão crítica, mas o livro não oportuniza espaços e nem orientações para aprofundamento reflexivo acerca dos dados apresentados. Na mesma página 32, são abordadas atividades realizadas pelos trabalhadores, servindo de introdução à questão do desemprego e da precarização do trabalho, trazendo o seguinte texto escrito:

Atualmente, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores exigem cada vez mais criatividade e qualificação; as empresas querem funcionários capazes de se adaptar às novas tecnologias introduzidas no processo de produção. As jornadas de trabalho e os salários estão mais flexíveis: a carga horária perde em importância para a qualidade do trabalho, e os pagamentos são efetuados de acordo com a produtividade de cada trabalhador, em muitos casos.

Percebe-se que, por meio do texto escrito, busca-se apresentar justificativas que levaram ao aumento do número do desemprego em todo o mundo. No entanto, não há em momento algum a menção aos termos de acumulação e produção flexível, assim como a emergência do

neoliberalismo, que acabam por definir o momento contemporâneo e que estão diretamente ligadas à questão do desemprego. Com a crise do fordismo, o mundo se reorganiza ainda mais a partir dos interesses dos grupos e Estados hegemônicos, assim como as corporações detentoras do grande capital, pelas quais veem nessas premissas de novas formas de produção, de novas divisões e relações de trabalho, de desregulamentação da economia, de supressão de direitos trabalhista, de quantificação da produção do trabalhador, entre outros, o melhor caminho para o desenvolvimento dos países.

Dessa forma, o livro apresenta pouco esforço reflexivo e, portanto, verifica-se mais uma postura de caracterização do momento pontuando as suas dinâmicas sem a preocupação de compreendê-las e de se fazer considerações incisivas sobre suas consequências.

Um outro tópico a ser mencionado, compreendendo a análise geral feita nas duas Unidades que contemplam a globalização, é sobre as seções de atividades introduzidas no livro. Estas, em muitas vezes, são concebidas como contemplação de gráficos e mapas, em uma leitura rasa e pouco reflexiva, onde pouco se explora as potenciais questões e conceituações, ou apenas remetem ao texto nas seções anteriores, em um exercício de replicação de trechos e de pouca interpretação crítica. Assim, se mostram como sendo limitadas e insuficientes para a potencialização de uma compreensão crítica acerca deste tema.

Sobre a disposição e organização das páginas do livro, isto é, o layout, percebe-se uma diversidade de modos semióticos, com a utilização de textos escritos, gráficos, imagens, tabelas em quase todas as páginas, denotando um material bastante ilustrado e colorido até excessivamente.

Verifica-se um uso indiscriminado de cores, principalmente na elaboração dos mapas, as quais acabam por atrapalhar, em alguns casos, a compreensão das informações fornecidas por eles, ocasionando assim em uma poluição visual. Desenhos e ilustrações simples são empregados muitas vezes de forma decorativa, acabam por tomar espaço de possíveis informações ou dados que poderiam ser contemplados em determinado local.

Dentre os quatro capítulos que abordam a globalização, o capítulo 4 – “Globalização e meio ambiente” – é o que possui uma postura mais crítica acerca da globalização, justamente por abordar a questão ambiental e por explicitar os efeitos negativos e danosos deste fenômeno ao mundo e diretamente ao ser humano. Se apresenta com uma maior proximidade às fundamentações de Porto-Gonçalves (2018), o qual desenvolve a crítica do processo de globalização da natureza.

Há, no entanto, críticas mais pontuais, trazendo um maior enfoque na questão da água – no seu uso para produção agrícola e industrial – e na produção de resíduos. Ainda, não realiza

a devida conexão entre a degradação do meio ambiente e os agentes detentores do capital, à luz de um capitalismo feroz e de competitividade desmedida (que também ocasiona e é ocasionado por um consumismo por parte da sociedade) que acaba por degradar o planeta aos poucos.

O livro didático “Araribá Mais Geografia 9º ano” consegue, por meio do conjunto de meios semióticos que se utiliza, ser abrangente em relação à temática do fenômeno da globalização, considerando diversos aspectos produtivos, sociais, culturais, ambientais e, principalmente, econômicos para o desenvolver desta temática. Se dispõe de um viés factual e, por vezes, contemplativo de toda a mudança ocorrida no mundo através da globalização. Suas avaliações críticas se dão de maneira pontual e desarticulada, insuficientes para a compreensão de uma visão crítica de toda ocorrência da globalização.

Com a compreensão de um panorama geral das duas Unidades que contemplam a caracterização da globalização, partimos então para o objeto central desta pesquisa, que é a abordagem cartográfica da globalização no ensino deste conteúdo, juntamente com a compreensão dos demais modos semióticos utilizados no livro. Apresentaremos a análise feita por capítulo do livro didático.

Capítulo 1 - “O capitalismo, o socialismo e suas características” (livro “Araribá Mais Geografia 9º ano, 2018)

O capítulo abrange a conceituação e explicação de sistemas antagônicos: capitalismo e socialismo, no século XX. Considera-se que essa introdução é um tanto quanto problemática, uma vez que está abordando capitalismo e socialismo apenas como sistemas opostos e em disputa durante a maior parte do século XX; vencida pelo capitalismo, não haveria alternativas a ele, mesmo no próprio sistema capitalista. Tal abordagem é posta no início do livro, dando uma conotação ao leitor que restaria então, apenas adaptar-se e atender às demandas do capitalismo.

Para a finalidade de nosso estudo, enfocaremos apenas sobre o capitalismo, visto que fora esse sistema que possibilitou uma maior integração do mundo e o advento da globalização atual, tornando-se hegemônico.

Nas primeiras menções no livro sobre o sistema capitalista, discorre-se sobre o seu surgimento em uma data incerta, mas compreendida entre os séculos XI e XV, quando conseguiu sobrepor-se ao feudalismo e firmar-se como predominante. Expõe-se, por meio de texto escrito, as diferenças entre o capitalismo comercial (marcado pela produção artesanal e as

Grandes Navegações), o capitalismo industrial e o capitalismo financeiro, caracterizando a fase hodierna. Contempla uma periodização do capitalismo em três etapas, sendo essa uma divisão costumeira, e se aproximando das fundamentações de Porto-Gonçalves (2018), que, como vimos, faz a divisão do capitalismo em quatro etapas, com enfoque no meio ambiente e na globalização capitalista da natureza.

Para melhor entendimento e organização, a numeração de figuras reproduzidas está de acordo com a ordem sequencial em que os mapas são apresentados no livro, com indicação das páginas em que são encontrados, a começar do primeiro capítulo até o capítulo 4.

Figura 1: mapa sobre as principais rotas comerciais do século XVI ao XVIII - p. 14



Fonte: MORAES, Ana M. de; RESENDE, Maria E. Lage de. *Atlas histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987. p. 24.

Fonte: Editora Moderna (2018, p. 14)

O primeiro mapa do livro (Figura 1) demonstra as principais rotas comerciais entre os séculos XVI a XVIII, e está a complementar a abordagem feita sobre as Grandes Navegações e a expansão comercial compreendida nesse período, assim como a exploração de colônias por meio dos países europeus. Trata-se de um planisfério no qual não consta o tipo de projeção cartográfica utilizada na sua elaboração.

De acordo com as explicitações de projeções cartográficas do Atlas Geográfico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), entendemos que a projeção que mais se aproxima com o referido mapa do livro didático é a Projeção de Robinson, a qual por definição do material “é uma projeção afilática (não é conforme ou equivalente ou



equidistante) e pseudocilíndrica (não possui nenhuma superfície de projeção, porém apresenta características semelhantes às da projeção cilíndrica)”. Essa mesma projeção aparece em alguns outros mapas dentro da abordagem sobre a globalização.

Segundo Fonseca (2014), enquanto uma produção histórica humana, os mapas em sua totalidade não se desprendem do contexto sociopolítico em que é inserido. Considerando, portanto, a dominação feita por meio dos agentes e países hegemônicos e a construção de um mundo por meio de uma visão ocidental, naturalizou-se desde muito a concepção de um mundo centralizado na Europa.

O próprio livro, na mesma página deste mapa, pondera, por meio do modo semiótico texto escrito, sobre como o neocolonialismo consolidou a divisão quase dicotômica do mundo em Ocidente e Oriente e a relação de poder e dominação que há entre o primeiro sobre o segundo. Assim, construiu-se por muito tempo a imagem do mundo por meio do que o livro pontua como sendo a visão eurocêntrica: “Aquela que considera apenas os valores europeus, por colocar a Europa em uma posição central em relação ao restante do mundo.” (Editora Moderna (2018, p. 14)

Assim, é contraditória a referida crítica realizada pelo livro com a sua própria compactuação com uma visão dominadora e eurocêntrica ao se utilizar de um mapa cujo centro é a Europa.

O mapa, por sua vez, apresenta as principais rotas comerciais realizadas entre três séculos. No entanto, aborda somente as rotas marítimas e, também, pouca atenção é dada aos países do continente europeu, os quais foram os principais responsáveis para o desenvolvimento dessas rotas comerciais por meio de sua hegemonia e dominação no colonialismo efetivado em outros países. Fonseca (2014, p. 149), contudo, justifica a escolha deste modelo de projeção cartográfica para a elaboração deste mapa contendo essas informações: “é inegável também que esse mapa centrado na Europa (que também é uma centragem no oceano Atlântico), que alimenta o imaginário ocidental há 500 anos, reflete o período de conquistas do mundo europeu, reflete a necessidade de dominar as técnicas e os territórios da navegação.”

O mapa, assim como os demais modos semióticos que formam todo o capítulo destinado a explicar as etapas e a evolução do sistema capitalista, não apresentam nenhum interesse em ponderar ou, ao menos, tecer algum tipo de reflexão sobre a dominação europeia e como estes, enquanto os principais agentes hegemônicos do mundo na época, conseguiram uma integração e modernização do mundo ao preço de uma colonização por meio da escravidão, etnocídio até o genocídio de povos indígenas.

Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado. Não faltaram argumentos de que essa dominação se dava por razões *naturais*, na medida em que certas *raças* seriam *naturalmente inferiores*. A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade-colonialidade-racialidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder (Porto-Gonçalves, 2018, p. 25, grifos do autor).

As demais partes de texto escrito que tratam sobre as divisões do capitalismo, o fazem apenas dentro do viés econômico, produtivo, sem maiores aprofundamentos. Ainda, a parte sobre o capitalismo financeiro atual, apenas menciona essa nova organização como uma integração entre o sistema produtivo industrial e os bancos. Não há ainda menções quanto às grandes corporações ou mesmo o contexto do neoliberalismo e o processo de acumulação e produção flexível que entrou em vigor nos anos de 1970. Nem mesmo a própria expressão “globalização” é mencionada nesse capítulo, podendo-o compreender enquanto uma seção introdutória para o desenvolvimento deste assunto no próximo capítulo.

Figura 2: mapa sobre as 500 maiores transnacionais no ano de 2017 - p. 17



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 54.

Fonte: Editora Moderna (2018, p. 17)

O mapa (Figura 2) que denota a localização no mundo das 500 maiores transnacionais no ano de 2012 serve, novamente, como complemento à parte que menciona a Nova Divisão

Internacional do Trabalho e a descentralização do processo produtivo, os quais são discorridos pontualmente por meio do modo semiótico texto verbal escrito.

É um planisfério sem informação sobre a projeção cartográfica utilizada para a sua elaboração, mas se assemelhando novamente à Projeção de Robinson, a qual possui proximidade com a projeção cilíndrica. Também é mais uma produção cartográfica que centraliza a Europa, corroborando para as questões de naturalização do mapa centrado em Greenwich, como apontou Fonseca (2014), e a consolidação da ideia da região europeia como sendo protagônica no cenário econômico mundial, juntamente com os Estados Unidos.

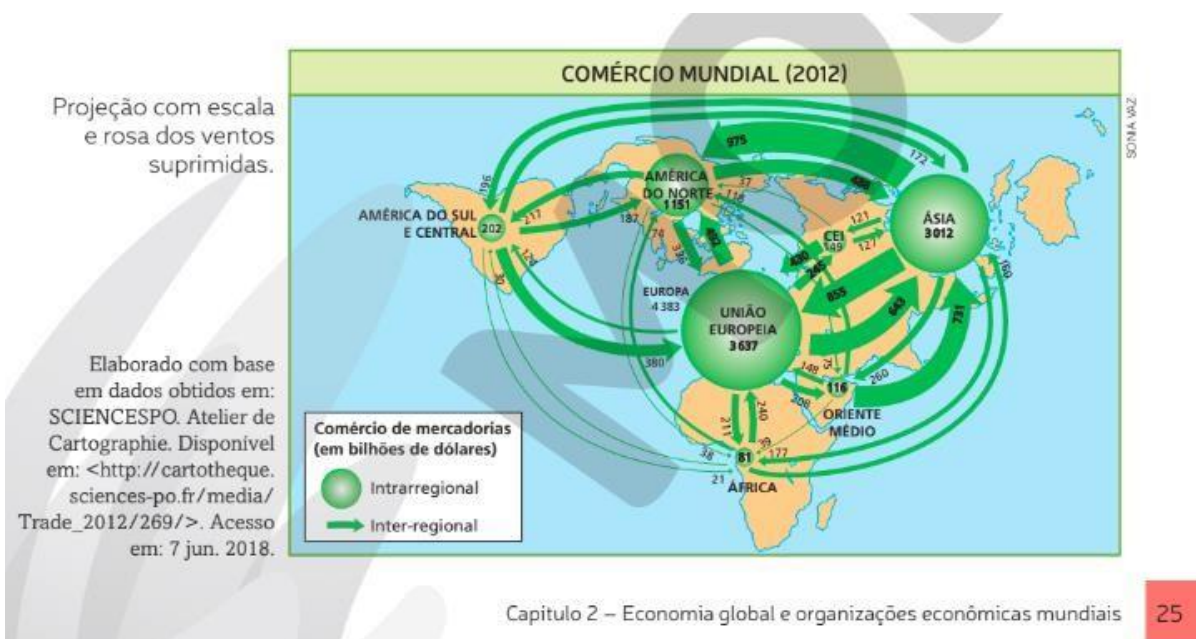
As diferenças quantitativas dos dados representados são notórias, de fácil e rápida visualização dos tamanhos das empresas em volume de mercado, de onde há maior concentração das maiores empresas transnacionais e onde, na maior parte do mundo, não existem empresas do tamanho menor dentre os apresentados na legenda. A escala de valores empresta na legenda, juntamente com o mapa centrado na Europa, acaba por marginalizar os demais países do globo que, no caso da temática abordada pelo mapa, são prejudicados e excluídos por conta da desigualdade econômica que é notória no mundo. Assim, não há um esforço do livro para oportunizar a reflexão acerca das informações fornecidas pelo mapa. A assimilação da hegemonia europeia e estadunidense sobre os demais são possíveis visualmente, mas, pretendendo uma postura crítica ou, ao menos, reflexiva, só seria possível a depender da iniciativa e abordagem pelo professor.

## Capítulo 2 - “Economia global e organizações econômicas mundiais”

O capítulo inicia-se mencionando a integração mundial e a sua tendência à homogeneização cultural e social, de modo breve e pontual. Há a presença de um glossário na página 24, onde apresenta a definição do termo globalização: “Processo de aprofundamento da integração econômica, social e cultural e da comunicação entre os países”.

Como uma tendência geral deste capítulo, há o começo de um enfoque na questão tecnológica da globalização, onde a evolução dos meios de comunicação e de tecnologias possibilitaram uma nova organização mundial e uma maior integração deste. Na página 25 há a primeira aparição de um mapa no capítulo (Figura 3).

Figura 3: mapa sobre o comércio mundial no ano de 2012 - p. 25



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 25)

O mapa (Figura 3), que representa os valores e os fluxos de capital do comércio mundial no ano de 2012, está como complemento ao subcapítulo “a globalização e a mundialização”, onde o autor discorre sobre a diferenciação dos termos e dá um enfoque maior na integração do mundo por meio dos fluxos econômicos e a expansão do capitalismo.

De imediato, percebe-se que ele possui uma diferença em relação aos demais. Apesar de novamente não ser mencionado o tipo de projeção cartográfica que fora utilizado, compreende-se que é um mapa de projeção plana, mas distorcido, com a menção ao lado de que possui escala e rosa dos ventos suprimidas.

Esta produção cartográfica coloca o centro do mapa relacionado com a concentração de alguma informação – no caso deste, o comércio intrarregional da União Europeia em bilhões de dólares. Em contrapartida, acaba por “marginalizar” o continente africano, a Oceania e a América do Sul. É uma produção cartográfica que não se utiliza de formas euclidianas e do meridiano de Greenwich como referência central, mas que acaba por manter aquilo que é questionado na maioria dos planisférios: a naturalização da centralidade da Europa no mapa, colocando-a como centro do mundo.

Uma das vantagens da utilização destes mapas, segundo Fonseca (2014), é que a não utilização de um planisfério centrado no meridiano de Greenwich permite a representação e a compreensão de que há fluxos e conexões que se dão por outras rotas, como pelo oceano Pacífico, e entre regiões como os América e a Ásia, criando assim uma relação de “vizinhança”,

a qual não é permitida por meio da representação cilíndrica em planisfério com a centralidade na Europa. Por esta, o Pacífico aparece dividido em duas partes em lados opostos do planisfério, assim como a América e a Ásia, criando a impressão de que nos deslocamentos entre esses dois continentes, seria necessário percorrer o Oceano Atlântico e toda a Eurásia, compreendendo uma distância enorme e irreal.

Uma outra questão a ser colocada sobre o mapa da Figura 3 é quanto à denominação e categorização feitas sobre as regiões. O centro do mapa é focado no círculo que denota o grande comércio intrarregional de mercadorias da União Europeia em bilhões de dólares e, ao lado, é demonstrado o número total da Europa. No entanto, essa informação não se repete nas demais regiões. Como exemplo, tem-se a Ásia com a participação de mais de 3 trilhões de dólares no comércio intrarregional de mercadorias, mas não há nenhum tipo de diferenciação, dando a entender que há uma participação equilibrada entre todos os países do continente, a qual não é real, visto que China e Japão sozinhos contribuem com uma parcela considerável para a composição desta cifra.

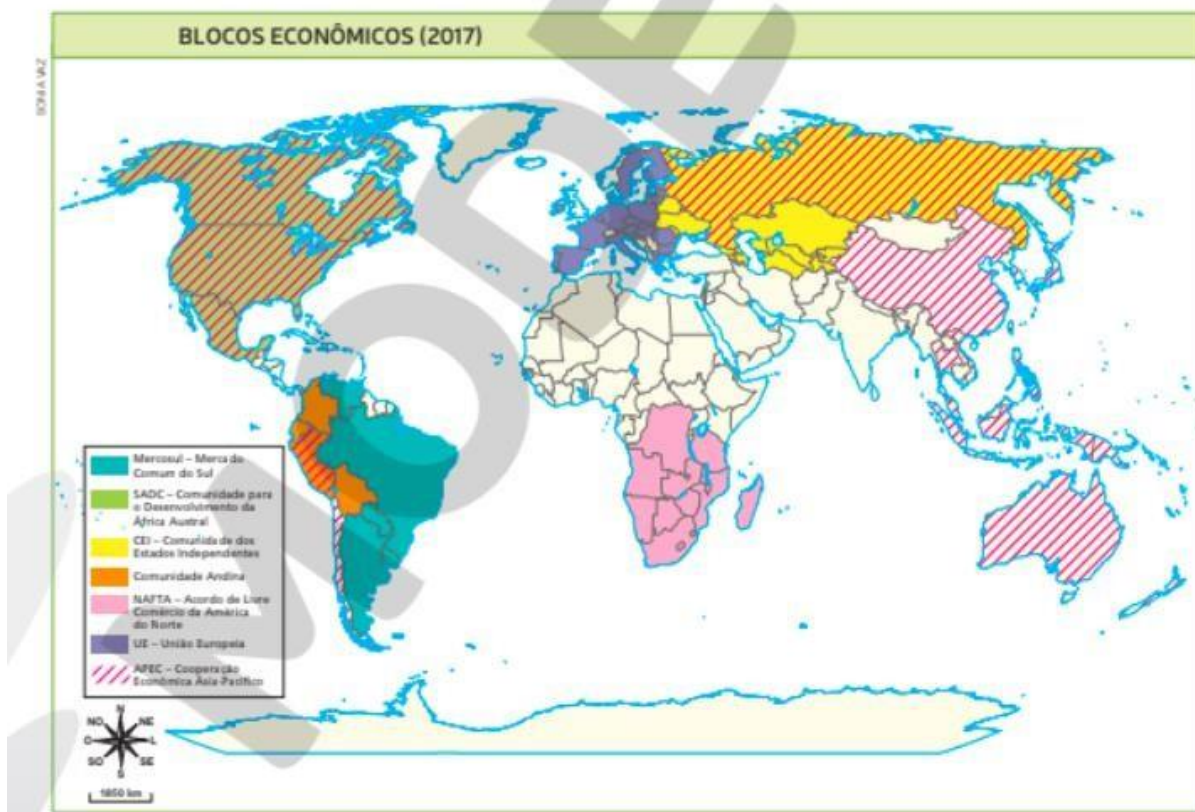
A grande atenção que é dada aos fluxos econômicos e à sua discrepância, mais uma vez acaba por centralizar a dinâmica mundial na tríade Europa - América do Norte - Ásia, marginalizando as regiões da África e América do Sul. Ainda, há o fato de que a Oceania nem participa da composição das informações do mapa, visto que não há a apresentação de dados sobre os seus fluxos comerciais.

A relação do mapa com o subcapítulo se dá de forma simplesmente complementar: não há uma tentativa de problematizar a centralidade da União Europeia, América do Norte e Ásia no comércio internacional, nem mesmo há um espaço destinado a uma possível reflexão; as desigualdades econômicas em relação aos demais países e as consequências deste cenário também não são discutidas. As informações são fornecidas pelo material didático sem a tentativa de aprofundá-las de maneira crítica.

O próximo subcapítulo é intitulado “globalização e organizações econômicas”. Há, na página 34, a aparição de um mapa (Figura 4) que contempla a divisão do mundo nos principais blocos regionais.

Figura 4: distribuição espacial dos principais blocos econômicos em 2017 - p. 34

Elaborado com base em dados obtidos em: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro, 2016. p. 78. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99345.pdf>>; MERCOSUL. Saiba mais sobre o Mercosul. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercossul>>; UNIÃO EUROPEIA. Breve apresentação dos países da UE. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries_pt)>. Acessos em: 23 out. 2017.



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 34)

O mapa apresenta a divisão espacial dos blocos econômicos no mundo. Novamente um planisfério de projeção cilíndrica, sem informação sobre a mesma, mas que se assemelha à Projeção de Miller (IBGE, 2023). A escolha pelo planisfério apresenta uma visão mais geral, o que acaba por excluir algumas regionalizações feitas por meio dos blocos econômicos, embora compreenda-se aqui o interesse de demonstrar os principais blocos e não todos. A exemplo do continente africano, ele não contempla apenas um bloco econômico. O mapa da Figura 6, analisado mais à frente, compreende uma grande quantidade de divisões econômicas em blocos e organizações que estão presentes na África.

Pontuamos aqui algumas questões que acabam por dificultar a leitura e interpretação do mapa. Há uma erro grave e de inversão na legenda, onde o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) está com a coloração rosa, e a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) está com a coloração verde, estando invertidas nas áreas desses blocos no mapa. Para além disso, possui o contorno dos territórios com uma coloração



azul fluorescente, a qual contribui para que algumas áreas territoriais de pouca extensão fiquem borradas e de difícil visualização, como por exemplo alguns países do sudeste asiático. A adequação da legenda e sua correspondência com as informações representadas no mapa é uma exigência básica da boa Cartografia e um dos critérios de avaliação dos livros didáticos de geografia que, neste caso, não foi cumprido pela editora e, talvez, não observado pelos avaliadores no PNL D.

Pelo texto escrito, coloca-se principalmente que os blocos econômicos são “iniciativas de integração econômica” e que “visam facilitar ampliar o comércio entre os membros e reduzir os custos de produção e de transportes, gerando maiores lucros”. Ainda, mesmo demonstrando a ideia de que, por mais que os blocos formalizam um tipo de regionalização, são constituídos por interesses nacionais; denotam assim relações diplomáticas e decisões em comum acordo entre os países membros. Contudo, não é mencionado o fato de que para além dos interesses nacionais, há fortemente os interesses das grandes corporações e transnacionais, que se utilizam dos blocos econômicos para a manutenção e reservas de mercado consumidor e obtenção de vantagens fiscais e aduaneiras, tendo relações próximas com os diferentes Estados Nacionais dos blocos e seus governos, os quais quase nunca colocam empecilhos para a instalação dessas empresas em seus países, podendo usufruir de mão de obra barata, do processo de desregulamentação da economia, pouca rigidez de legislação e fiscalização ambientais, entre outras vantagens.

Figura 5: ilustração e atividade sobre o “encolhimento do globo” - p. 40

2 Na ilustração abaixo está representado o “encolhimento do mapa-múndi”. Observe-a.

<b>1500-1840</b> Velocidade das carruagens e dos barcos a vela: 16 km/h
<b>1850-1930</b> Velocidade das locomotivas a vapor: 100 km/h; barcos a vapor: 57 km/h
<b>Anos 1950</b> Aviões a propulsão: 480-640 km/h
<b>Anos 1960</b> Jatos de passageiros: 800-1100 km/h

2. a) O desenvolvimento dos meios de transporte.  
b) A integração territorial também está ligada ao desenvolvimento tecnológico na área de comunicação, como a internet.

Fonte: HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 220.

a) Qual é o tema representado?  
b) Cite outros avanços tecnológicos presentes no cotidiano.

Fonte: Editora Moderna (2018, p. 40)

Este mapa na Figura 5, presente na seção de “atividades” dentro do capítulo 2, é uma produção apresentada pelo geógrafo David Harvey que se tornou bastante difundida e utilizada para a compreensão da evolução das técnicas a partir dos meios transportes. Apresenta um planisfério (mundo) que vai diminuindo de tamanho proporcionalmente à velocidade dos meios de transporte mais velozes em cada época, entre 1500 e 1960, ou seja, reduzindo as distâncias relativas no globo e transmitindo assim a ideia de tempo e espaço comprimidos.

Esse mapa, portanto, contribui para a romper com a tradição na Cartografia de representação baseada apenas em métricas territoriais. Fonseca (2014) pondera que há outras formas que contribuem fortemente para entender as lógicas cartográficas, como por exemplo a utilização das “métricas-tempo”, que calculam as distâncias dos lugares por meio do tempo gasto para percorrer a distância entre esses pontos.

Dessa forma, possui um potencial enorme para uma compreensão lúdica acerca da globalização, justamente por representar o grande desenvolvimento e evolução de tecnologias, as quais propiciaram de certa forma uma integração do mundo sem precedentes. A comparação entre os meios de transportes característicos de cada época denota um progresso possibilitado pelo que Santos (2000) denomina de convergência dos momentos, visto que o aprimoramento das técnicas não se deu de modo isolado, mas sim em comunhão umas com as outras e com a otimização dos sistemas de comunicação e de troca de informações.

Assim, converge-se para uma abordagem do conceito também desenvolvido por Santos (2013), que explica que o mundo (meio geográfico) já foi um “meio natural” e também “meio técnico”, e que hoje é tendencialmente o meio técnico-científico-informacional.

Com isso, percebe-se a riqueza reflexiva e diversificada que pode ser empregada com a utilização deste mapa. Contudo, o exercício proposto pelo livro não se aproveita dessas oportunidades e delimita apenas uma atividade rasa e que pouco contribui para a compreensão de toda a dimensão da globalização. As questões “a) Qual é o tema apresentado?” e “b) Cite outros avanços tecnológicos presentes no cotidiano.” são questões relativamente simples, de respostas curtas (como propriamente as respostas do manual do professor sugerem), as quais não exploram as possibilidades que essa produção cartográfica possibilita para, por exemplo, se explorar a relação tempo-espaço sob a globalização como um de seus impactos no mundo.

Ainda com base em Milton Santos (2000), a globalização se dá de modo perverso justamente porque a integração e conexão prometida neste mundo globalizado não se dá de modo igual (ou nem se dá) para uma grande parte da população mundial. O que há é que apenas uma pequena parcela de indivíduos – detentores de capital e poder e inseridos na dinâmica

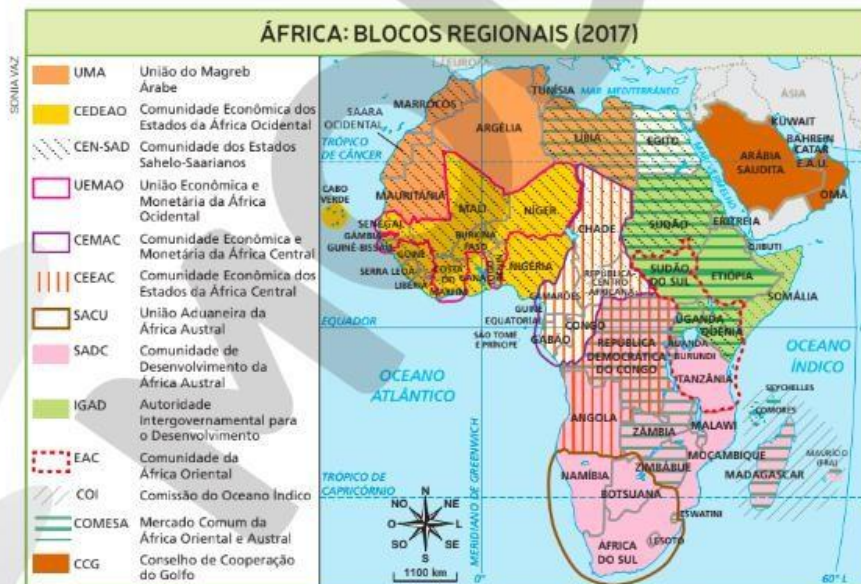


global do dinheiro – conseguem gozar dos privilégios de um mundo globalizado e próximo, “contraído”.

Constata-se, portanto, que o mapa e a atividade que é proposta a partir dele no livro didático são notoriamente limitados e insuficientes para uma possível reflexão lúdica. A presença de questões muito simplórias demonstra a falta de preocupação e esforço dos autores do livro em oportunizar aos alunos um espaço ponderado e, potencialmente crítico acerca de todo o processo de globalização.

Figura 6: mapa e atividade sobre os blocos econômicos da África - p.40

- 4 Observe o mapa abaixo e elabore um pequeno texto analisando a atuação dos blocos regionais no processo de integração econômica do continente africano.



Elaborado com base em dados obtidos em: SCIENCESPO. Atelier de Cartographie. Disponível em: <[http://cartotheque.sciences-po.fr/media/Ensembles\\_regionaux\\_africains\\_a\\_vocation\\_economique\\_2017/2652](http://cartotheque.sciences-po.fr/media/Ensembles_regionaux_africains_a_vocation_economique_2017/2652)>. Acesso em: 5 nov. 2017.

Fonte: Editora Moderna (2018, p. 40)

O mapa acima (Figura 6) também está localizado na página 40, na mesma seção de atividades do capítulo 2 e, novamente, não apresenta informação da projeção cartográfica. É um mapa interessante que consegue abranger todos os blocos regionais e econômicos da África. Em contraposição ao mapa 4 analisado anteriormente, consegue demonstrar que dentro do continente africano há diversas organizações e agrupamentos regionais e econômicos, que se estabelecem de diversas maneiras e com diferentes tipos de relações.

A sua legenda também contribui para a compreensão e diferenciação entre essa regionalização que é feita. Como exemplo, alguns blocos compreendem a esfera de “mercado

comum”, outros “união aduaneira”, outros como “comunidade econômica”. O mapa, portanto, está bem elaborado e, por mais que haja muita informação a ser transmitida, é passível de visualização e entendimento.

O impasse maior está no próprio enunciado da questão, que deixa muito em aberto para o aluno retratar toda a análise do mapa. Não há sequer algum tipo de direcionamento, nem no próprio exercício, muito menos na parte de conteúdos que vem anteriormente à esta seção. A única menção que há sobre blocos econômicos na África é na página 35, onde, dentro de um quadro, se faz a breve pontuação da SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern Africa Development Community, em inglês), os seus países membros e os seus objetivos futuros.

Compreendemos aqui que há questões a serem discutidas ao se analisar este mapa. A citar, a grande quantidade de blocos econômicos que se fazem presentes dentro de um mesmo continente. Ainda, a relação interna dos países de cada um destes blocos, não se dão de maneira igual, denotando uma variedade de relacionamentos e diplomacias entre os Estados. Poderia, ainda, haver algum espaço reflexivo indagando aos alunos o porquê de tantas uniões econômicas e diferentes agrupamentos, assim como a questão de alguns países da África participarem de mais de um bloco.

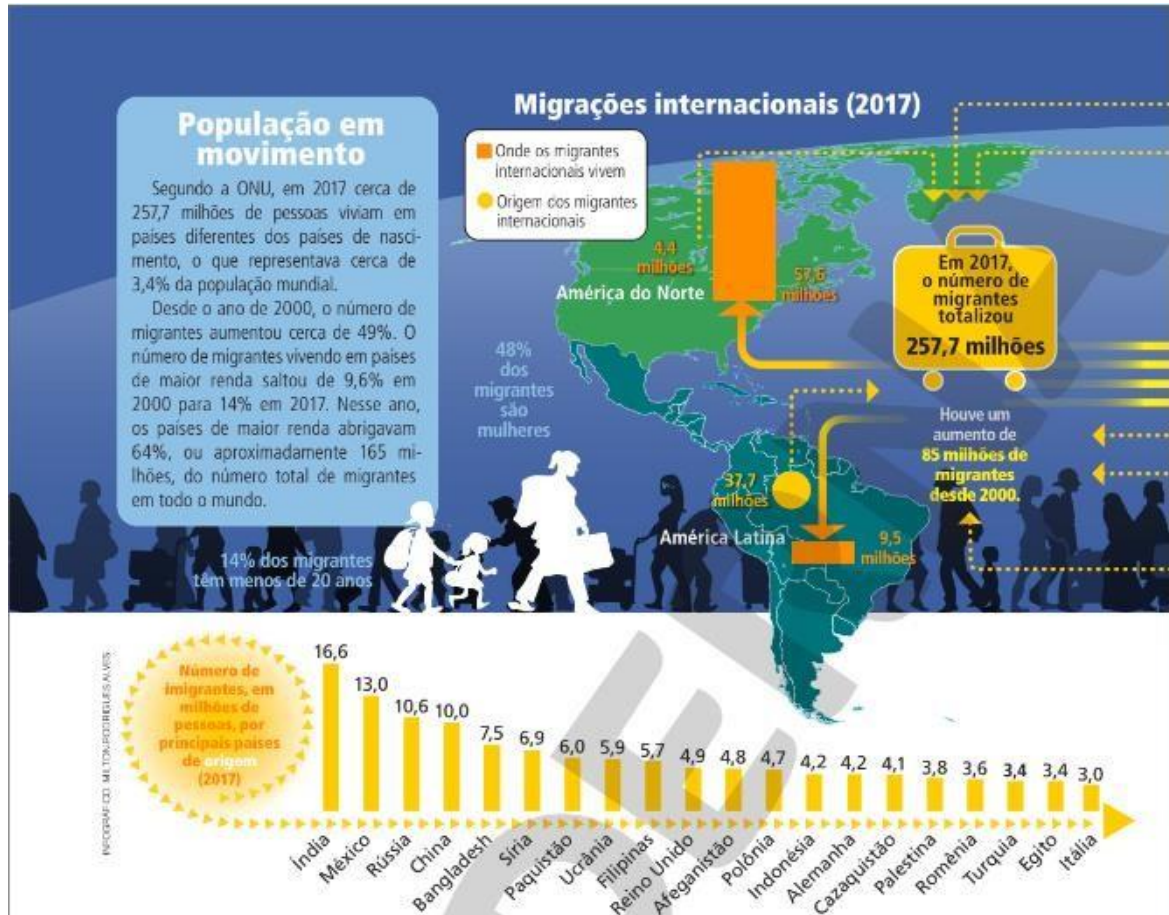
Verifica-se uma falta de preocupação dos autores do livro em abordar a integração e a regionalização econômica do continente africano e possibilitar uma análise crítica e histórica ao aluno. Os demais blocos econômicos – europeus, americanos, asiáticos – são bem mais detalhados no decorrer do livro, por meio de outros modos semióticos, do que aos blocos africanos, denotando assim uma negligência para com esses países sem grande destaque na participação econômica mundial. A cartografia, por si só, é utilizada, mas sem um devido aprofundamento teórico e articulada com outros modos semióticos para que se possa produzir significados em um discurso crítico da globalização. O exercício é proposto na seção de atividades, mas não é satisfatório para a realização dos alunos com um conhecimento crítico e mais abrangente.

### Capítulo 3 - “A globalização e seus efeitos”

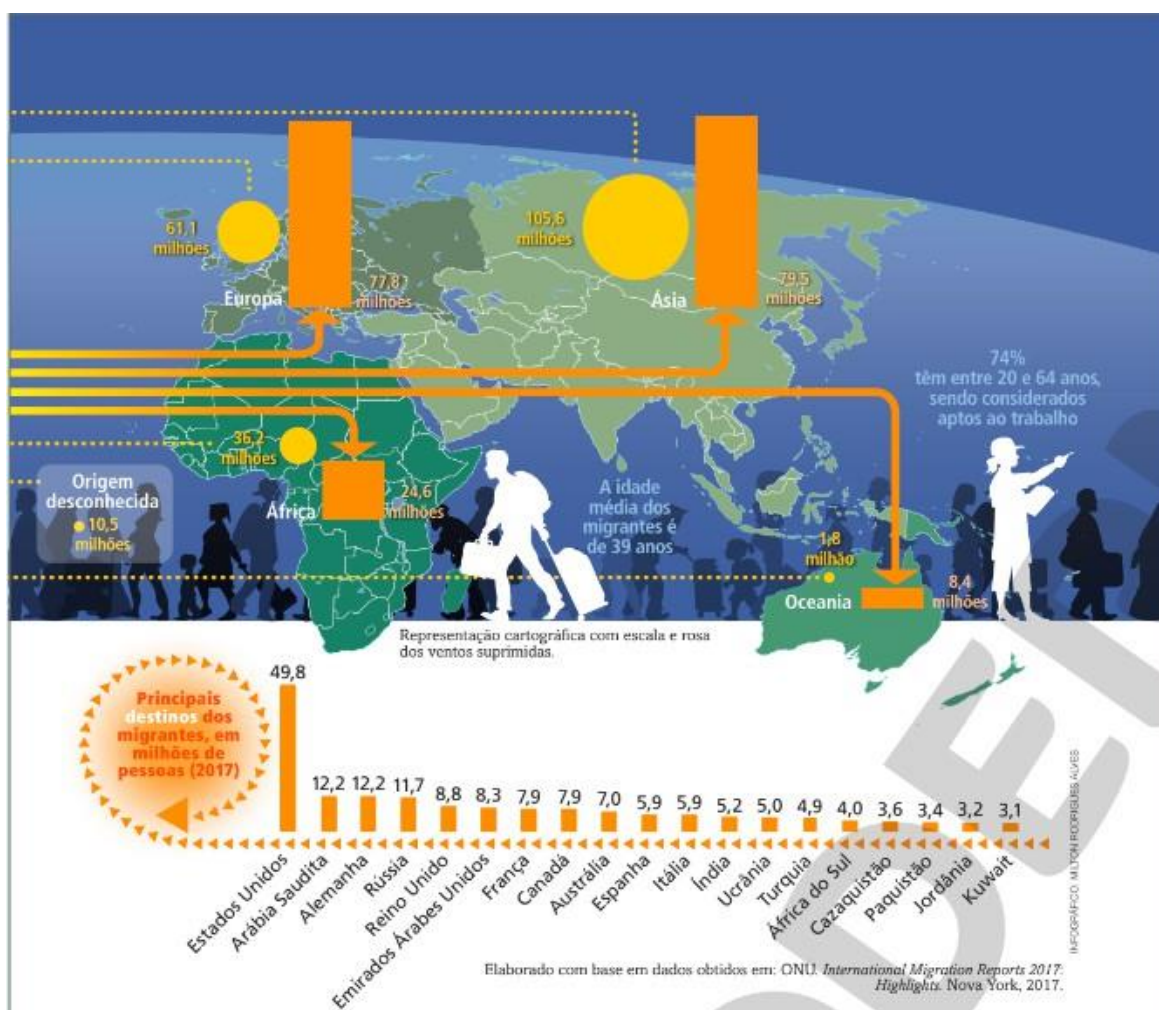
É o primeiro capítulo da Unidade II, denominada “Globalização, sociedade e meio ambiente”. Esse capítulo possui um enfoque na questão tecnológica e nos fluxos, tanto de pessoas quanto de mercadorias, enquanto um produto do fenômeno da globalização. Tópicos

como a globalização da cultura e o acesso à informação também são abordados dentro desta parte.

Figura 7: mapa e infográfico sobre as migrações internacionais - p. 50 e 51



Recorte, continua



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 50 e 51)

Essa produção cartográfica no livro (Figura 7) se dá de modo diferente das demais já verificadas, pois se utiliza de duas páginas, dando uma ideia de continuidade na utilização do espaço das folhas. Ainda, é conectada diretamente com um outro modo semiótico da linguagem para além do textual verbal escrito, que é um infográfico. Por mais uma vez, não é demonstrado o tipo de projeção cartográfica que fora utilizada para a elaboração do mapa; ainda, a escala e a rosa dos ventos estão suprimidas, como é assinalado na segunda parte do mapa.

A divisão em duas páginas diminui a ideia de centralização do mundo na Europa. No entanto, denota outro problema pontuado por Fonseca (2014), que é sobre o fundo de mapa empregado. De imediato, tem-se um mapa deveras poluído visualmente, com um excesso de cores fortes para denotar os símbolos e formas dos gráficos, os quais podem chegar a confundir o leitor; o emprego de cores próximas à coloração do que seriam os oceanos (vide a proximidade desta com a cor escolhida para preencher a América Latina). A presença de desenhos de pessoas

ao fundo, meramente decorativos, também contribui para um excesso de informação e poluição visual.

É o primeiro mapa que aparece no capítulo 3, sendo complementar ao assunto de fluxo de pessoas e mercadorias. Nesta, havia apenas menções pontuais sobre a questão na evolução dos transportes e a redução dos custos destes, os quais possibilitam uma integração do globo por meio de deslocamento de um maior número de pessoas.

O mapa e o infográfico acabam por representar, nestas duas páginas, toda a parte relacionada ao fluxo de pessoas dentre todos os capítulos que tratam do fenômeno da globalização. Percebe-se, por meio dos dados oferecidos, que há uma discrepância notória ao se analisar o continente Asiático, origem de mais de 100 milhões de migrantes do mundo todo. Os dados, no entanto, são apenas factuais, sem que se dê alguma justificativa ou, ao menos, possibilite algum espaço para a compreensão e discussão sobre esses dados.

Embaixo do infográfico e, conectado com a questão da migração de pessoas, há uma breve informação e outro gráfico sobre a questão dos refugiados no mundo, mostrando as alternâncias nos números deste grupo ao longo dos anos e a grande ascensão do ano de 2012 em diante. Contudo, novamente não há um aprofundamento sobre essa questão, sendo apenas os fatos fornecidos e caracterizados em um panorama geral.

A história da globalização converge, diretamente, com a questão atual dos refugiados em todo o mundo. O deslocamento de pessoas por diferentes lugares do mundo não é um fenômeno atual. No entanto, o que torna particular o momento da globalização é o contexto histórico-social e a compreensão de dois conceitos que são fundamentais dentro da Geografia: a identidade e o Estado-nação.

Sobre o primeiro, percebe-se que há, nos tempos atuais, uma transformação contextual dentro da questão da identidade. Comunidades e indivíduos desde sempre conseguiam se organizar por meio de um conjunto de aspectos que os permitiam ver no outro alguma semelhança, podendo se caracterizar e caracterizar o outro de uma forma clara. A cultura, a história, a localização, o idioma, são pontos que servem de fundamentação para a identificação de um grupo ou pessoa.

No entanto, com o advento da globalização, percebeu-se uma integração mundial sem precedentes, a qual possibilitou o fluxo intenso de pessoas. Assim, não é somente o indivíduo que se desloca, mas também carrega consigo a sua identidade, a sua experiência, o seu modo de vida, seu idioma, sua cultura. Para além, a evolução das formas de comunicação e da troca de informações, permitiu ainda mais que o mundo fosse palco de transferências de culturas. A



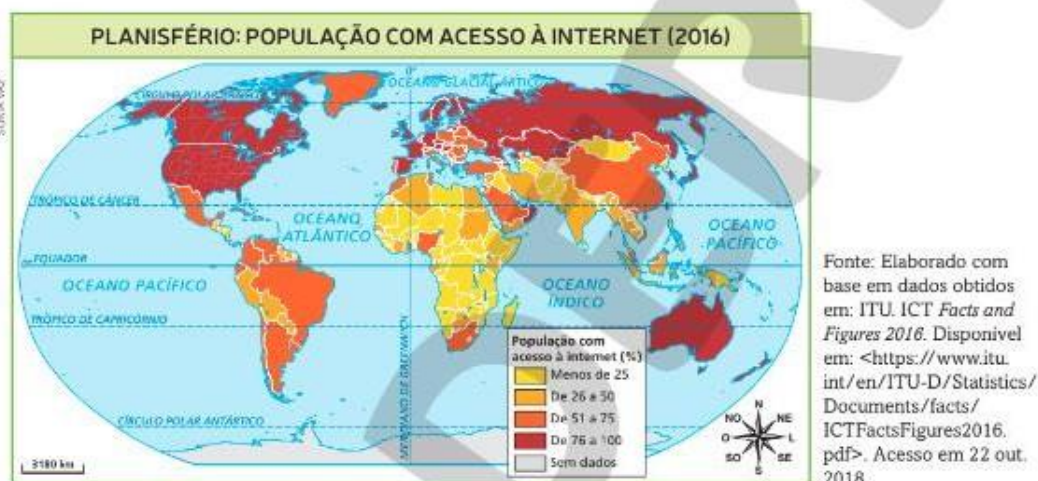
identidade que antes era tida como fixa, imutável, hoje se apresenta de maneira fluída e descentrada. O mundo passa a se dispor de modo multicultural.

O segundo ponto a ser tratado é a questão da desorganização do Estado-nação no contexto do mundo globalizado:

Sendo o estado-nação um produto coletivo, ou seja, uma imagem construída conjuntamente a partir de bens e produtos culturais compartilhados, transformado em um aparato legal e jurídico que permite o controle de sujeitos em espaço territorial específico, é de se esperar que qualquer elemento ou sujeito que fuja dessa imagem coletiva abale potencialmente a organização do estado-nação. (MARIANO, 2021)

Assim, a questão dos refugiados se torna uma consequência da crise identitária e da desorganização da compreensão do Estado-nação. As certezas identitárias e de funcionamento do aparelho do Estado se tornam incertas e confusas. Esses dois conceitos, portanto, não podem ser desconsiderados e, também, não devem ser tratados de maneira superficial para o ensino da globalização.

Figura 8: mapa sobre a população com acesso à internet no ano de 2016 - p. 56



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 56)

O mapa acima (Figura 8) está situado no subtópico “A desigualdade no acesso à informação”. É a primeira produção cartográfica no livro que pode ser compreendida por si mesma como uma crítica ao fenômeno da globalização. Trata-se de um planisfério desenvolvido nos moldes cartesianos, também sem a indicação de projeção cartográfica, mas novamente se assemelhando bastante com a Projeção de Robinson. É mais um mapa que

contribui para a ideia de naturalização do mapa e da compreensão de um mundo cuja centralidade é a Europa; a escolha por um planisfério também contribui para a invisibilidade de alguns países por meio da utilização da escala mundial como aponta Fonseca (2014).

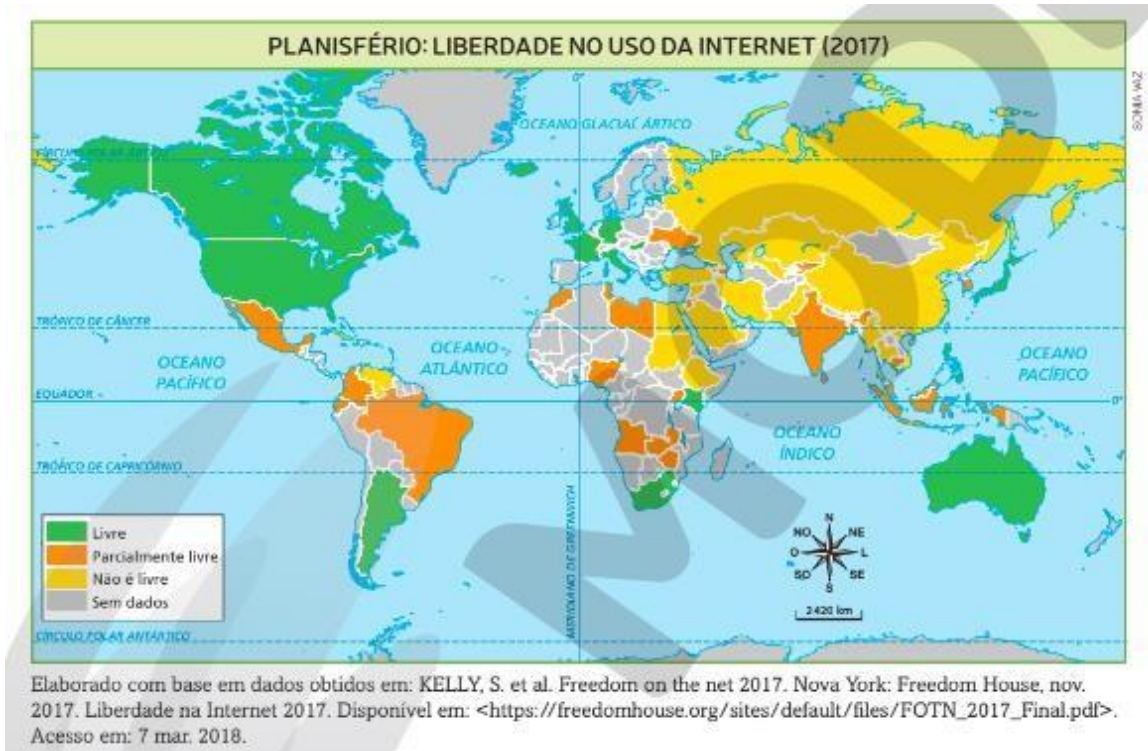
A produção deste mapa, juntamente com trecho de texto escrito que vem anterior a ele, apenas pontua de forma breve que a desigualdade no acesso à internet é uma das consequências da globalização, sem adentrar com maior profundidade no assunto. É mencionada a questão de como a internet possui o potencial de ser um meio de disseminação de informação e opinião, explicitando brevemente alguns casos em que as redes sociais promoveram e impulsionaram manifestações políticas ao redor do mundo.

Juntamente com o modo semiótico texto verbal escrito, o livro faz críticas acerca da produção de desigualdades sociais pela globalização, mas de maneira rasa. Poderia, portanto, recorrer às ideias de Santos (2000) sobre a globalização enquanto fábula, a qual responsabiliza-se para assegurar uma integração total e acessível a todos os indivíduos, mas que na própria produção de desigualdades, acaba por distanciar o alcance deste objeto.

Deste modo, a produção cartográfica e os demais semióticos correlacionados nesta seção denotam uma tentativa superficial em pontuar críticas aos processos da globalização, mas que se mostram com um potencial para serem melhor desenvolvidos, buscando uma oportunidade mais reflexiva e ponderada.

Posteriormente ao mapa, inicia-se outro subtópico nomeado “A privacidade, a vigilância e a censura na internet”, onde aborda as questões de liberdade e censura, envolvidas até em estratégias políticas de governos para o controle de sua população. Esse subtópico é desenvolvido até a próxima página, a qual contempla este outro mapa (Figura 9):

Figura 9: mapa sobre a liberdade no uso da internet - p. 57



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 57)

Tal produção trata-se um planisfério de projeção cilíndrica também não identificada, mas possuindo feições que se assemelham à Projeção de Miller. Compreende mais uma vez as problematizações trazidas por Fonseca (2014), de uma elaboração cartográfica cuja centralidade do mundo é no continente europeu, assim como a utilização do planisfério enquanto um tipo de mapa que inviabiliza a compreensão de todos os países dentro de um mapa temático, principalmente aqueles com áreas territoriais menores.

Anteriormente ao mapa, o texto verbal escrito é empregado para citar os nomes de alguns países que possuem casos de censura. O modo semiótico de imagem também fora empregado, representando uma população protestando a favor da liberdade e do uso livre da internet. Percebe-se, assim, alguns pontos que vão dando indícios da não neutralidade do livro sobre determinado assunto. Neste caso específico, mapa, texto verbal escrito e fotografia são combinados de forma complementar e se reafirmam como um posicionamento alinhado ao discurso neoliberal contrário à regulação da internet, como das plataformas de redes sociais, colocando a regulação como "censura" e ameaça à "liberdade de expressão". Uma estratégia discursiva em defesa dos lucros exorbitantes das grandes empresas transnacionais desse ramo e que, não por acaso, são as mais empenhadas na reprodução desse discurso.

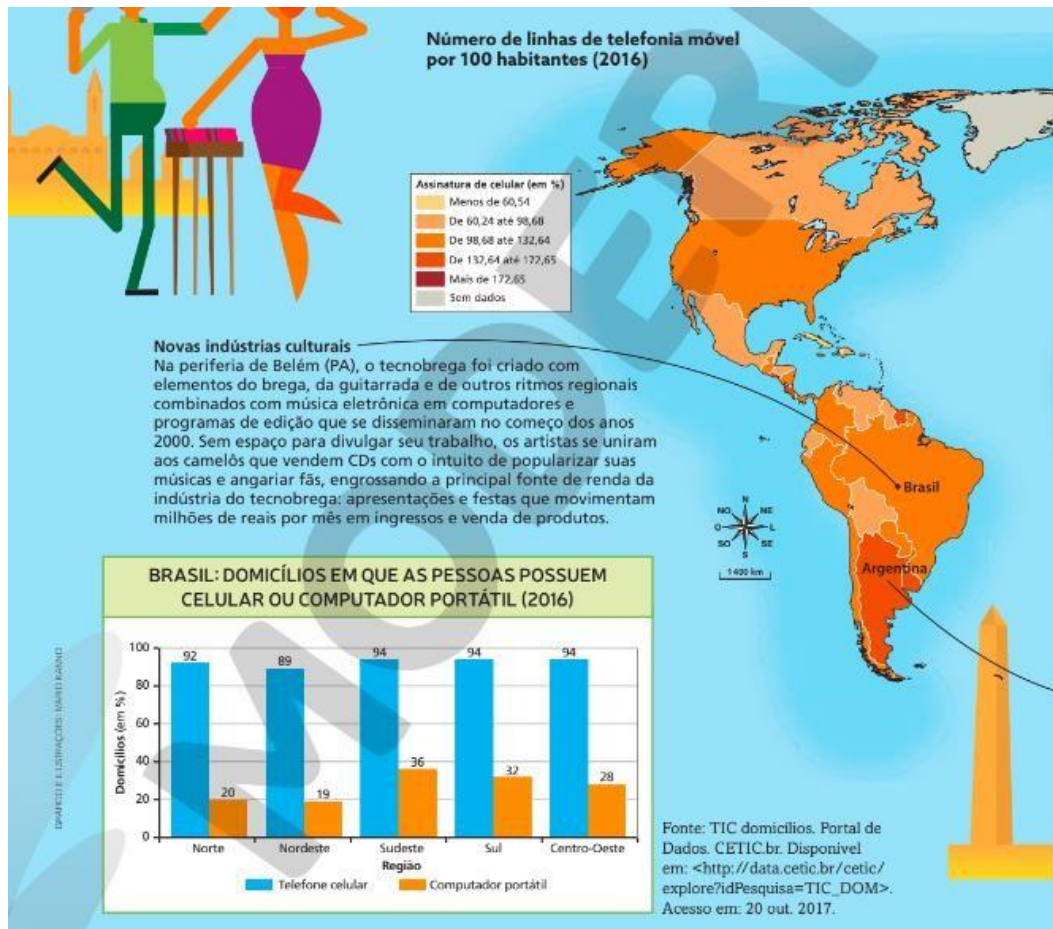


A própria organização e escolha das cores do mapa condiz com a ideia de transmitir a quantidade de países que não possuem acesso livre à internet. A utilização da projeção cilíndrica de Miller conserva os ângulos, mas há deformação das áreas, fazendo com que as regiões de altas latitudes se apresentem de forma exagerada. Assim, verifica-se com facilidade como a Rússia, com uma cor amarela penetrante, a sua extensão e deformação por meio da projeção, acabam por prender a atenção do leitor nesse país que não possui acesso livre. A continuidade de países próximos que também não possuem essa liberdade, contribui para consolidar a ideia de que o continente asiático é o que mais sofre com a falta de liberdade de uso. Também é notório a grande quantidade de países que não possuem dados sobre a questão da liberdade de acesso à internet.

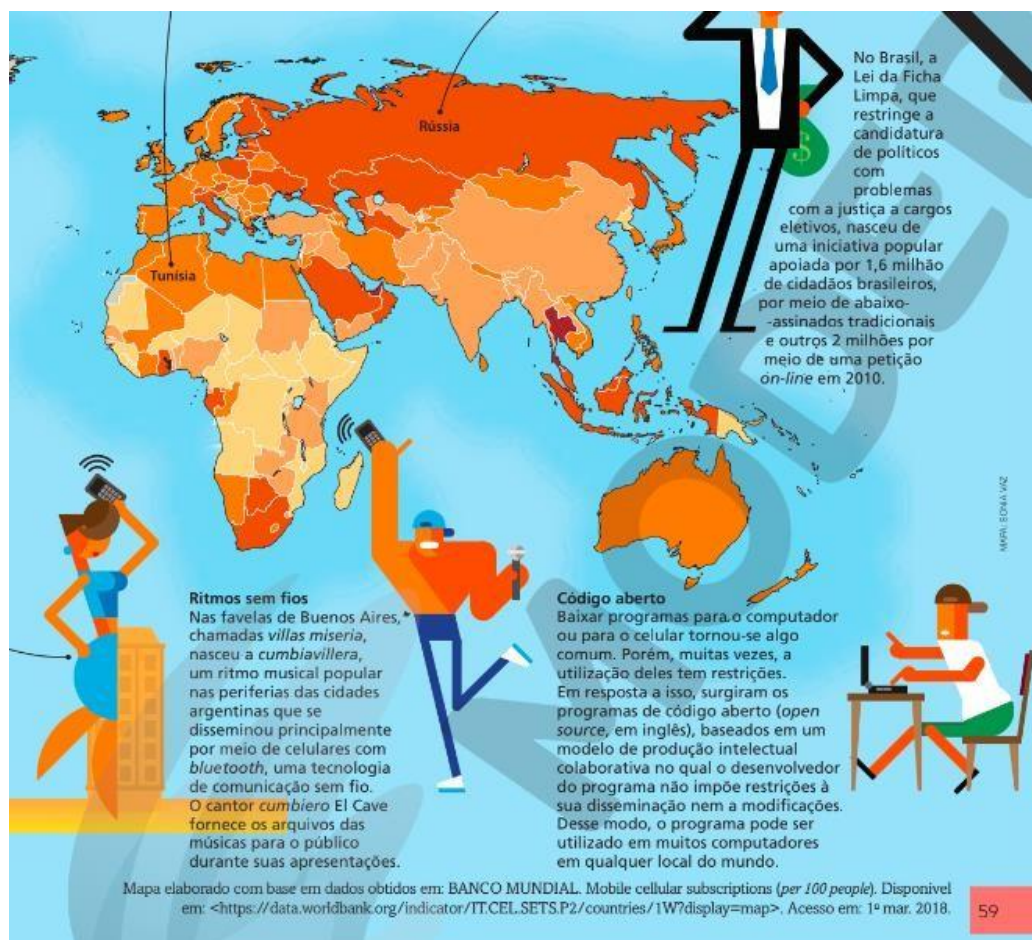
Outra vez, se mostra pertinente a possibilidade de serem trabalhados os conceitos de violência da informação, praticada dentro das premissas da busca pelo poder e hegemonia por parte de alguns agentes da globalização (SANTOS, 2000). Contudo, se apresenta como mais um mapa utilizado de forma contemplativa, sem a abertura de espaços por parte para a realização de reflexões críticas acerca de todo esse cenário.

Na página seguinte do livro, temos a presença de outro mapa que se utiliza de duas páginas para a sua exibição.

Figura 10: mapa e infográfico sobre o número de linhas de telefonia móvel por 100 habitantes em 2016 - p. 58 e 59



Recorte, continua...



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 58 e 59)

A produção cartográfica, compreendida em duas páginas e que denota outro planisfério e, mais uma vez sem a menção ao tipo de projeção cartográfica utilizada, explicita o número de linhas de telefonia móvel por 100 habitantes (2016). No entanto, o mapa não se restringe a esses dados: o autor se aproveita do espaço fornecido pelas duas páginas em questão para viabilizar outros tipos de informações que dizem respeito ao acesso e à disseminação de informações entre pessoas.

Constata-se a presença de diferentes modos semióticos para além do mapa, como por exemplo um infográfico e a utilização do modo texto verbal escrito, para explicitar diversos exemplos de como a utilização e evolução da internet foram benéficos em diferentes partes do globo.

A citar, sobre o Brasil é mencionado o fato de uma Lei Federal ter surgido a partir da realização de um abaixo-assinado divulgado por meio de mídias digitais.

No Brasil, a Lei da Ficha Limpa, que restringe a candidatura de políticos com problemas com a justiça a cargos eletivos, nasceu de uma iniciativa popular apoiada por 1,6 milhão de cidadãos brasileiros, por meio de abaixo-assinados tradicionais e outros 2 milhões por meio de uma petição on-line em 2010”.

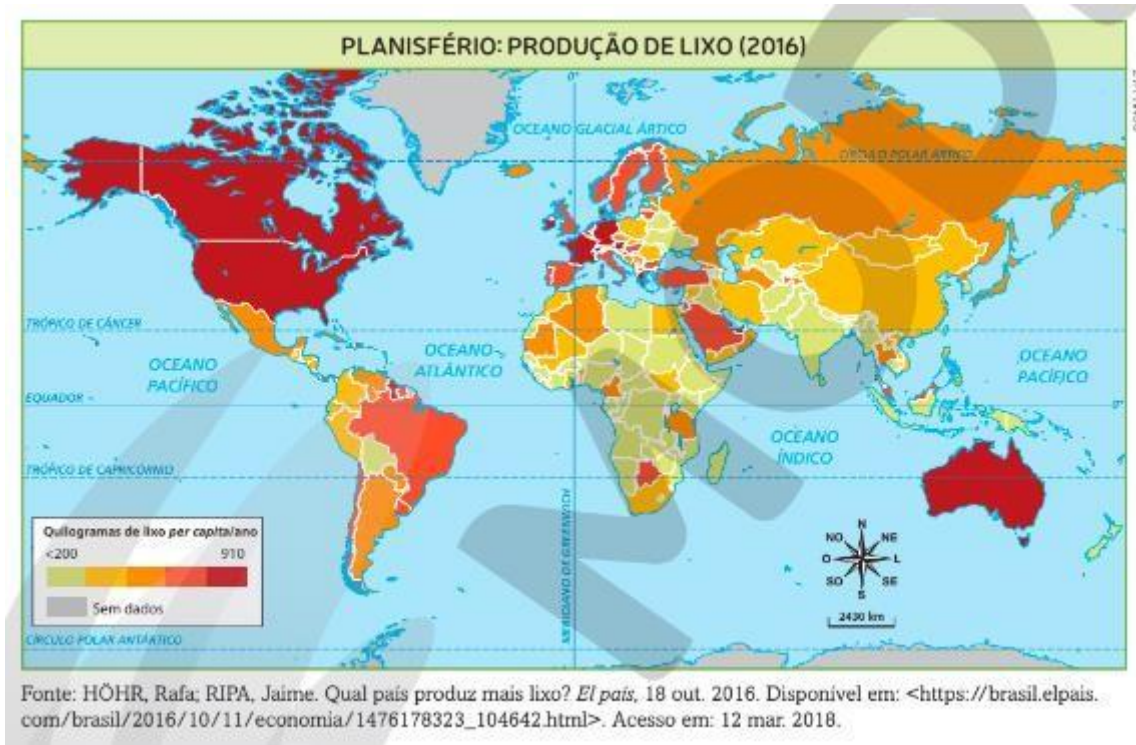
De imediato, verifica-se que há, tal qual o mapa 7 dividido em duas páginas, uma grande poluição visual, como discorre Peled-Elhanan (2019) sobre o layout da página. O uso indiscriminado de cores fortes, desenhos e a grande quantidade de texto escrito, constata um conjunto de modos semióticos que podem contribuir para a confusão na interpretação das informações fornecidas pelo mapa.

Ainda, é mais um mapa contemplativo, apenas denotando a confirmação da ideia de como a evolução na comunicação e nas trocas de informações contribuem para determinados aspectos no mundo, em prol do desenvolvimento da globalização e da possibilidade de um mundo integrado, conectado, possível a todos. Corrobora assim para a ideia de globalização como fábula, como nos aponta Santos (2000). Portanto, não possui um viés crítico acerca da questão da comunicação e informação, trazendo apenas dados e considerações que o autor julga interessantes e curiosas para o ensino da globalização.

#### Capítulo 4 - “Globalização e meio ambiente”

O capítulo 4 do livro é, dentre todos das duas unidades aqui analisadas, o que possui uma postura mais crítica acerca de todo o contexto da globalização. Trata diretamente sobre as questões naturais e os impactos (principalmente negativos) gerados com o advento da globalização e os seus agentes.

Figura 11: mapa sobre a produção de lixo no mundo no ano de 2016 - p. 63



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 63)

Esta produção cartográfica apresentada na Figura 11, mais uma vez em forma de planisfério de projeção cilíndrica não identificada, demonstra as diferenças em quilogramas da produção de lixo *per capita*/ano nos diferentes países do globo. Novamente estão presentes as mesmas problemáticas levantadas por Fonseca (2014) quanto à naturalização do fundo de mapa centrado na Europa e a escala mundial, que impede a visualização de todos os países dentro de um mapa temático como este.

No último parágrafo anterior ao mapa, o texto escrito se apresenta da seguinte forma:

Atualmente, o volume de lixo sólido produzido no mundo é de 1,3 bilhão de toneladas por ano, e as expectativas são de que, em 2025, chegue a 2,2 bilhões de toneladas por ano. Estados Unidos, Nova Zelândia e Noruega são os países que mais geram lixo *per capita* no mundo: mais de 2,5 kg por dia. Observe o mapa abaixo.

Contudo, quando se observa o mapa, a Nova Zelândia não está devidamente representada com a cor mais forte, desconsiderando a informação de estar entre os maiores produtores de lixo *per capita* no mundo. Assim, nota-se que há uma divergência entre os dados apresentados no modo textual verbal escrito e a disposição visual no mapa.

Outra questão que se mostra como um empecilho na interpretação desse mapa temático é a sua legenda. As diferenciações propostas pelas diversificadas cores não são contempladas



por intervalos numéricos definidos, enumerando apenas os países que produzem menos de 200 quilogramas de lixo *per capita*/ano com a cor mais fraca, até o número máximo de 910 quilogramas, representados pela cor mais forte (vermelho). Dessa forma, consegue-se compreender os países que fazem parte de cada um dos grupos, mas sem a real noção de quanto cada uma dessas divisões representa numericamente.

Entretanto, na análise conjuntural entre o modo semiótico mapa e os demais, como por exemplo a imagem utilizada na página e o texto escrito, percebe-se que há uma postura crítica e incisiva do livro ao pontuar que os países que mais produzem lixo *per capita* são, justamente, os países considerados “desenvolvidos”, compreendendo a América do Norte, Europa e Oceania. São correlacionadas também a grande quantidade de lixo produzido com a questão do consumo excessivo por parte dos indivíduos em determinados locais. Assim, verifica-se nesta seção um empenho do livro em se apresentar com um viés crítico acerca dos efeitos da globalização sobre o meio ambiente, confluindo com a revisão bibliográfica feita anteriormente sobre como os agentes hegemônicos, detentores do capital, contribuem muito mais para a degradação da natureza do que os demais países do globo.

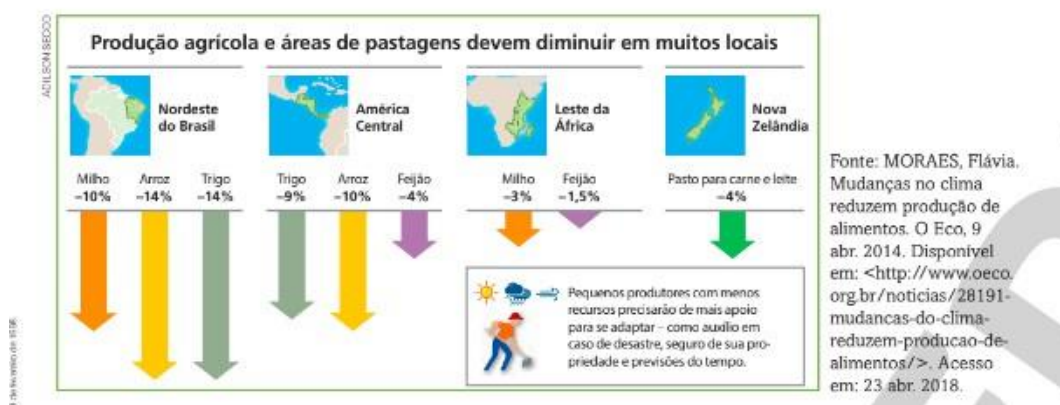
Figura 12: recortes de mapas que ilustram sobre as mudanças climáticas com relação à produção de alimentos - p. 67

### As mudanças climáticas e a produção de alimentos

As mudanças climáticas também podem afetar a produção agrícola e a pecuária, criando um cenário de insegurança alimentar em diversas regiões do mundo.

Eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais ou fortes secas, afetam diretamente as áreas destinadas aos cultivos agrícolas e às pastagens.

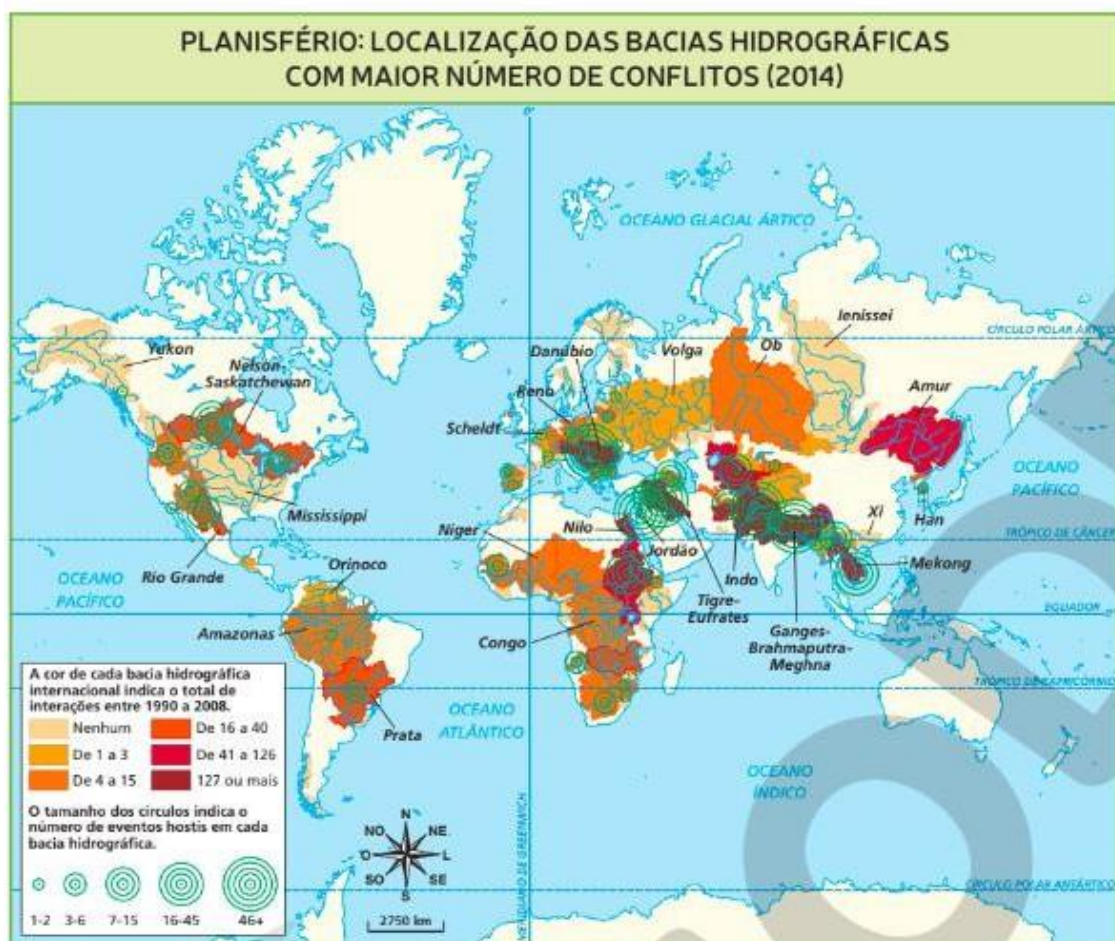
Observe a ilustração a seguir.



Fonte: Editora Moderna (2018, p. 67)

Os recortes de mapas (Figura 12), organizados dentro do box intitulado “Produção agrícola e áreas de pastagens devem diminuir em muitos locais”, possuem propostas meramente contemplativas e de localização, para que o leitor consiga situar as áreas mencionadas. Próximo destes recortes, os outros modos semióticos não contemplam maiores reflexões e nem oportunizam espaços para tratar e tentar compreender a motivação que levou à escassez de água nestes determinados locais.

Figura 13: mapa e atividade sobre a localização dos principais conflitos em bacias hidrográficas no mundo (2014) - p. 75



Elaborado com base em dados obtidos em: PEEK, Katie. Onde estão localizados os conflitos hídricos mundiais? Popular Science, 13 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.popsci.com/article/science/where-will-worlds-water-conflicts-erupt-infographic>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

- 1 Explique quais foram as razões que levaram uma parcela da população mundial a não ter acesso à água potável.
- 2 De que maneira a água poderá acentuar tensões e conflitos territoriais em escala mundial?
- 3 Quais impactos ambientais podem ser provocados pelos conflitos por causa da água?
- 4 De acordo com o mapa, em quais bacias hidrográficas ocorrem mais conflitos por causa da água?

Fonte: Editora Moderna (2018, p. 75)

O último mapa (Figura 13) diz respeito a bacias hidrográficas no mundo que possuem um contexto conflituoso em suas regiões pelos recursos hídricos. É uma produção que novamente não possui a indicação da projeção cartográfica, mas que se assemelha com a Projeção Cilíndrica Equidistante Meridiana, que conserva a distância entre os meridianos e acaba por aumentar consideravelmente as áreas de regiões presentes nas altas latitudes.

Compreende uma seção diferente das demais onde o conteúdo é exposto, denominada “Para refletir”. O planisfério é precedido de um texto escrito que menciona as regiões mais ameaçadas por conflitos de água no mundo e é complementar a uma atividade reflexiva sobre a questão da água.

Analisando especificamente o mapa, nota-se uma grande quantidade de informações, dificultando a visualização de certos locais, podendo diminuir a compreensão. A projeção escolhida contribuiu para apresentar as porções superior e inferior do mapa de forma muito maior do que realmente é, deixando a proporção média do mapa com menos destaque. Assim, as áreas de conflito que se situam nessa área próxima ao centro do mapa, acabam por serem prejudicadas e comprimidas, dificultando a análise das informações fornecidas.

Assim como os outros planisférios que foram predominantes na abordagem do conteúdo da globalização, este também contribuiu para as questões levantadas por Fonseca (2014) sobre esses planisférios.

Sugere-se, portanto, a utilização de outras projeções cartográficas que não valorizem as áreas de altas latitudes, visto que o mapa explicita que os principais conflitos se apresentam em baixas ou médias latitudes. Como exemplo, as projeções de Robinson ou de Eckert III, as quais são de natureza pseudocilíndrica, e mantêm uma valorização considerável ao meio do mapa, área de destaque para se apresentar essas determinadas informações.

Portanto, verifica-se um mapa contemplativo, mas com um leve viés crítico com este modo semiótico e os demais que o complementam para a compreensão das motivações das questões que levaram aos conflitos hídricos nestas regiões (vide as questões propostas pela



atividade abaixo do mapa). No entanto, se apresenta com um excesso de informação e com o uso de uma projeção cartográfica que prejudica a organização e sistematização de informações a serem contempladas no mapa, dificultando a leitura e a interpretação por parte do leitor.

Com toda a verificação realizada sobre o livro didático e as unidades que contemplam sobre o momento da globalização atual, por meio de uma análise multimodal dos diferentes modos textuais que formam a linguagem e com foco nas produções cartográficas, tece-se o seguinte panorama a partir da análise feita.

O livro como um todo compreende algumas pontuações críticas acerca do fenômeno da globalização. Possui uma postura predominantemente factual, onde apresenta as informações ao leitor de forma clara e objetiva, mas sem muitas ponderações críticas. As poucas que são feitas, introduzidas por meio de diferentes modos semióticos (texto verbal escrito, gráficos, imagens, tabelas), são, por diversas vezes, desenvolvidas de modo superficial ou limitado.

Em algumas partes, percebe-se um verdadeiro potencial para a fundamentação de posturas críticas acerca de diversos contextos sobre a globalização. Contudo, verifica-se pouco esforço dos autores do livro em desenvolver tal conduta e, muito menos, oportunizar um espaço reflexivo e ponderado para os alunos desenvolverem essa postura.

Quanto à questão central de pesquisa, que é como e se os mapas são empregados para uma análise crítica da globalização, embasados nas colocações feitas por Fonseca (2014), eles se apresentam de variadas formas e em diferentes contextos. Percebe-se, primeiramente, a grande quantidade de planisférios que são empregados no decorrer das duas unidades que abrangem o tema, onde 11 dos 13 mapas analisados possuem essa característica.

É compreensível, no entanto, a escolha deste modelo de mapa, visto que a globalização se trata de um fenômeno que abrange todo o planeta e, assim, se deve buscar algum modo de representação que consiga fornecer informações de todo o mundo em uma única produção cartográfica. A utilização do planisfério não é totalmente problemática. Contudo, os mapas presentes nesse recorte do livro e que foram analisados, todos corroboram para uma questão levantada novamente por Fonseca (2014) sobre a naturalização do fundo de mapa, centralizado na Europa. Até mesmo o mapa 3, que possui uma característica de projeção cartográfica plana, e não cilíndrica como as demais, ainda acaba por centralizar novamente o continente europeu, denotando, por meio da temática analisada de comércio mundial, ainda mais uma hegemonia europeia perante as demais regiões do mundo.

A utilização desse modelo de projeção e em escala mundial também implica na presença de obstáculos de leitura e interpretação do leitor. Países e regiões que possuem pequena extensão territorial acabam por ter pouco peso visual na representação cartográfica, ficando

quase invisíveis, o que não necessariamente deve condizer com a categorização feita por certos mapas temáticos.

Outro ponto a ser percebido é que, definitivamente, nenhum dos mapas empregados dentro das duas unidades indicam a projeção cartográfica utilizada na sua elaboração. Ora, essa é uma informação crucial para a compreensão da disposição das áreas representada no mapa, visto que diferentes projeções cartográficas possuem diferentes finalidades, podendo contribuir positivamente para expressar determinadas informações ou até mesmo comprometer por completo a disposição dos dados e impossibilitar a devida interpretação sobre aquilo que o mapa objetiva. Como exemplo, menciona-se o mapa 13 e a sua escolha de determinada projeção cartográfica, a qual enfatizou e exacerbou as áreas de altas latitudes e pouco preocupou-se com as regiões de baixas e médias latitudes, que são dos locais que deveriam ser contemplados segundo o objetivo proposto pelo mapa.

Com a efetivação da análise empregada em cada um dos mapas, percebe-se que a grande maioria destes, por si só, não contempla uma abordagem crítica acerca da globalização. Mas, por partirmos do pressuposto que a análise empregada sobre a linguagem é, de fato, multimodal, considerando outros modos semióticos para além do mapa, verifica-se um potencial crítico em quase todos eles.

Entretanto, nota-se em geral que no livro não há a disposição para o desenvolvimento dessa postura crítica ou, ao menos, possibilitar ao leitor a reflexão sobre a temática apresentada. A citar, o mapa 5, da página 40, retirado do livro do geógrafo David Harvey (1992), possui um potencial enorme para ser aproveitado de diversas formas para uma compreensão lúdica acerca da globalização. Há até mesmo o emprego de uma das sugestões de Fonseca (2014), que diz respeito à superação da corriqueira utilização das “métricas-quilômetros” por meio da “métrica-tempo”. No entanto, o exercício e as suas questões colocadas são muito simplistas e que notoriamente limitam o aluno e a sua possível formulação de um conhecimento crítico.

Mesmo com as críticas pontuais feitas sobre todo o contexto da globalização, nota-se que ainda há um distanciamento perante a visão crítica proporcionada pelos autores que foram que abordam o tema da globalização na Geografia e aos quais recorreremos nesse estudo. Diversos aspectos que consideramos essenciais e incisivos na abordagem do tema por aqueles autores, sequer chegam a ser mencionados dentro no livro didático em questão.

Elencamos abaixo alguns pontos que consideramos fundamentais da abordagem crítica da globalização e que não estão presentes no tratamento do tema o livro didático “Araribá Mais Geografia”: o meio técnico-científico-informacional e a violência do dinheiro e da informação (Santos, 2000, 2013); a conceituação do processo de globalização em concordância com as

premissas neoliberais (contenção de gastos públicos, desregulamentação da economia, diminuição de atividades governamentais), assim como a produção e acumulação flexível tratadas por Porto-Gonçalves (2018) e Harvey (1992); a globalização enquanto produto e produção da grande concentração de riquezas, desigualdades sociais e econômicas, o avanço da pobreza e a violência contra as minorias e aqueles que não detém o poder e o capital como considera Santos (2000); a concepção das ideias de tempo e espaço despóticos, que acabam por se tornar hegemônicos perante os outros, justamente por estarem a serviço dos agentes hegemônicos da economia e da política (Santos, 2013).

Essas entre outras questões acabaram por não ser consideradas na abordagem da globalização no livro didático, afastando-se assim do potencial para uma visão crítica da Geografia acerca da globalização e seus efeitos.

Por fim, podemos dizer que a abordagem da globalização no livro didático analisado produz uma ideia pouco articulada e pouco abrangente da globalização e que é um discurso sobre a globalização que atenua ou disfarça seu caráter capitalista neoliberal perverso. Esse discurso também esconde os agentes hegemônicos da globalização, como se ela se fizesse de forma natural e não por sujeitos de interesses, ideologias, poder. No entanto, tal discurso é produzido pelos sujeitos autores e produtores do livro didático de forma intencional ou involuntária, mas em consonância com a pobreza com que a Base Nacional Comum Curricular contempla a globalização para o ensino de geografia na educação básica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o seu tema e objeto de estudo delimitados após a realização da leitura dos escritos de Fonseca (2014), a qual expôs suas constatações de desarmonia entre a ciência cartográfica e a Geografia frente a toda complexidade que o mundo atual proporciona. A compreensão das relações de força e a certificação da ideia do grande potencial que há na Geografia para ser um instrumental a serviço de quem detém o poder, como explicitados por Lacoste (2012), também motivou o desenvolvimento deste trabalho.

O mundo contemporâneo, configurado pela globalização e todas as suas premissas que abrangem relações de força e poder – permeadas pela política e pelo dinheiro –, denotam novos arranjos espaciais e, também, uma reorganização das relações socioeconômicas. Tais transformações, portanto, acabam por exigir também avanços nas formas de representações desse espaço, o qual é agente passivo e ativo da nova organização do globo. Se fez necessário assim, a tomada de consciência sobre como se dá a conexão entre as práticas cartográficas e as suas possíveis contribuições para o desenvolvimento de uma análise crítica da globalização, processo que permeia a disposição mundial presente.

A ciência cartográfica é aqui compreendida como um instrumental representativo que, por muitas vezes, replica visões que acabam por naturalizar as produções cartográficas, transmitindo uma compreensão de mundo possivelmente enviesada. Assim, acaba por inviabilizar o desenvolvimento da tomada de consciência de que os mapas são construções humanas e que, por isso, não podem ser dissociados do seu contexto histórico, sofrendo influências socioculturais, políticas, ideológicas, mesmo sendo consideradas produções científicas.

Compreendendo todas essas questões, unimos as temáticas da globalização enquanto centralidade no ensino com o enfoque nas representações cartográficas, realizando assim uma análise do livro didático mais adquirido pelo PNLD para distribuição a escolas de todo o país, sabendo que o livro didático é o principal recurso utilizado em aula na educação básica. Considerando o livro um gênero multimodal, sistematizou-se a averiguação dos mapas juntamente com os diferentes modos semióticos que compõem o material, empregando também princípios da análise de discurso.

Toda a organização, delimitação do objeto de estudo e da metodologia empregada, fizeram com que o presente estudo se consolidasse como um aprofundamento nas questões envolvidas no tema e que afetam diretamente o ensino de geografia e a formação dos alunos na educação básica. Isso possibilitado pela pesquisa bibliográfica que forneceu fundamentos para

uma visão crítica acerca da globalização, a grande contribuição e importância da Cartografia para a Geografia e o seu ensino e a análise do livro didático com uma abordagem teórico-metodológica que amplia a compreensão de como esse material produz significados e discursos ideológicos que podem estar implícitos na forma como os modos semióticos são empregados em textos verbais e visuais, exigindo uma análise multimodal apoiada na análise do discurso.

Dessa forma, buscando saber como a Cartografia é empregada para o ensino de globalização nos livros didáticos de geografia, analisou-se a obra intitulada “Araribá Mais Geografia 9º Ano”, o livro didático mais adquirido pelo Governo Federal no ano de 2020 para ser distribuído para as escolas do país.

Considerando as questões que orientaram o estudo e que foram pontuadas na introdução deste, constatou-se que os mapas empregados dentro da temática da globalização, em sua maioria são utilizados com um viés contemplativo, de maneira complementar ao conteúdo explicitado dentro de cada uma das partes que, em conjunto, descrevem sobre o fenômeno referido. Por vezes são desenvolvidos em diálogo com os outros modos semióticos, mas que acabam por não formularem um viés crítico acerca do tema delimitado.

A compreensão feita com os demais semióticos expõe um certo potencial de viés crítico que poderia ser alcançado com certas questões, mas a verificação feita indica pouca diligência do livro em desenvolver essa postura de forma mais incisiva. Os mapas por vezes são adequados para transmitir a informação pretendida acerca das características da globalização, mas pecam em alguns detalhes que acabam por prejudicar a interpretação de certos dados objetivados pelo mapa. Também, em alguns casos são mal explorados ou possuem um tratamento insuficiente e limitante, concebendo questões simplórias e de pouco aproveitamento para a construção do conhecimento crítico.

As principais questões levantadas por Fonseca (2014) em seu artigo, cuja leitura motivou a iniciação do presente trabalho, acabaram por ser confirmadas com o empenho realizado na análise do livro didático. Constata-se que ainda há uma grande naturalização do mapa, que proporciona visões de mundo engendradas há um bom tempo e que, no livro analisado, são replicadas sucessivamente, como o uso de planisférios com a centralização do mundo no continente Europeu e a invisibilização ou marginalização de países e regiões em representações temáticas.

Na investigação das unidades que abordam a globalização no livro em questão, verificou-se que há um certo empenho em pontuar críticas acerca do processo. No entanto, estas, além de pontuais, são, por vezes, rasas, sem o devido aprofundamento. Também, a

disposição do layout do livro não oportuniza um momento e nem um espaço reflexivo aos leitores acerca do conteúdo elaborado e discorrido.

Verificamos ainda situações relativas à qualidade e à precisão nas representações cartográficas utilizadas na abordagem da globalização que refletem o pouco cuidado dispensado pela editora a aspectos didáticos e cartográficos no livro. A ausência da indicação de qual projeção cartográfica em todos os mapas investigados e a ausência de escala em alguns destes, juntamente com as cores de fundo empregadas e a grande quantidade de elementos decorativos, contribuem para uma configuração destes mapas que acabam por prejudicar a compreensão e a interpretação por parte do leitor. Ainda, foi percebido a presença de um erro grave de variável visual cor na legenda, que não corresponde a cor no mapa, tendo como consequência uma leitura equivocada sobre a informação compartilhada.

Como fora pretendido com a delimitação da pesquisa e dos objetivos a serem alcançados, a análise do livro fora empenhada considerando o conjunto de modos semióticos que o compõem, e constatou-se que os mapas – objeto central deste estudo – não contribuem para o desenvolvimento de um conhecimento crítico acerca do processo de globalização neoliberal como fase atual do capitalismo mundial.

Vislumbra-se que o ensino da globalização como um todo deve ainda percorrer um considerável caminho para se constituir com um discurso verdadeiramente crítico na formação dos sujeitos. No que tange à ciência cartográfica, cabe pontuar a sua responsabilidade no dever de contribuir desenvolvendo novos meios e concepções que consigam adequar e contemplar a verdadeira estruturação espacial do mundo atual, de forma que não contribua mais uma vez para a perpetuação da violência da informação como aponta Santos (2000), mas sim para o que estudante consiga se desprender da alienação e se enxergar no mundo como um indivíduo pensante, conseguindo compreender as dinâmicas e as relações hierárquicas de poder que a todo momento conseguem influenciar e determinar a vida individual e coletiva dos cidadãos.

Produções acadêmicas como esta, portanto, se tornam oportunas para endossar a grande importância da Cartografia no ensino de Geografia, assim como um entendimento crítico acerca da globalização se mostra mais que necessário, vislumbrando assim a possibilidade da formação de indivíduos desvencilhados da intencionalidade das informações compartilhadas pelos agentes detentores do poder e, também, conseguindo desenvolver suas próprias concepções críticas acerca da disposição do mundo atual e todas as questões e contradições que o compõem.

## REFERÊNCIAS

- ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da. **BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em dezembro de 2023.
- ANDRADE, Mizant C., VLACH, Vânia R. F. O livro didático em discussão: elaboração de uma proposta alternativa. **Caminhos de Geografia** 2(4)1-18, jun/2001
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida cotidiana**. Campinas: Papirus, 2008.
- DAROT, P; LAVAL, C. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista de Olho na História**. N. 22, 2016. n.p
- EDITORA MODERNA (Org.). **Araribá mais: geografia: 9º ano**. Editor responsável: Cesar Brunini Dellore. 1.a ed. São Paulo: Moderna, 2028.
- FONSECA, Fernanda Padovesi. A Cartografia no ensino: os desafios do mapa da Globalização. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial Cartogeo (2014), p. 141-154.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados estatísticos**. Gov.br. Ministério da Educação. Atualizado em 23 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>>. Acesso em abril de 2024.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 17ª edição. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.
- IBGE. **Atlas geográfico escolar**. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - 9. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- KANASHIRO, Cíntia S. **Livro didático de Geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós- Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), 2008.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França. – 19ª Edição – Campinas, SP: Papirus, 2012.
- LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Globalização, regionalização e soberania**. – São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

MARIANO, Zé. **Dia mundial do refugiado: o mundo globalizado e a crise dos refugiados**. Coletivo Leitor. 16 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.coletivoleitor.com.br/dia-mundial-do-refugiado-o-mundo-globalizado-e-a-crise-dos-refugiados/>>. Acesso em abril de 2024.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas. SP: Pontes, 5ª Edição, 2005

PELED-ELHANAN, Nurit. **Ideologia e propaganda na educação**: a Palestina nos livros didáticos israelenses; tradução: Artur Renzo; apresentação Carlota Boto. – 1ª Edição – São Paulo, SP: Boitempo; Editora Unifesp, 2019.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. Edição digital: 2014. Editora Intrínseca LTDA, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Século%20XXI%20-%20Thomas%20Piketty.pdf>>. Acesso em 26/03/2024.

PONCET, Patrick. **Visões do Mundo**. Confins [Online], 18 | 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8448>>. Acesso em junho de 2023.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib, PAGANELLI, Tomoko I.; CACETE, Núria H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. – 8ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PRELHAZ, João Francisco Andrade. **Globalização das Migrações**. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Portuguesa e Integração Internacional. Instituto Universitário de Lisboa. Departamento de Economia. Setembro, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7067>> acesso em março de 2024

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. 32ª edição. São Paulo, SP: Editora Record, 2000

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. – 5. ed., 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

VITIELLO, Márcio Abondanza. Quem escreve o livro didático de geografia? **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 461-474, jan./jun., 2020.